



Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas

Relatório e Contas 2016

Atividade
Sindical

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES	4
1. SÓCIOS	5
1.1. Movimento de sócios	
1.2. Por situação, género e grupo etário	
1.3. Por Secção Sindical	8
2. ATIVIDADES	
2.1. Ação sindical	
2.1.1. Vida Institucional	
2.1.2. Contratação Coletiva	
2.1.3. Sindicalização	
2.1.4. Informação	
2.1.5. Globalização e Cooperação	
2.2. Ação Social, Cultural e Tempos Livres	
2.2.1. Centro de Férias e Formação	
2.2.2. Parque de Campismo e Caravanismo	
2.2.3. Contratação de Serviços de Lazer	
2.2.4. Colónias de Férias	
2.2.5. Atividades socioculturais	
2.2.6. Atividades desportivas	
2.3. Apoio Jurídico	
2.4. Formação	
2.5. Lutuosa	
3. ORGANIZAÇÃO E RECURSOS	39
3.1. Gestão	
3.2. Recursos Humanos	
3.2.1. Por Tipo de Pessoal	
3.2.2. Por Empresa	
3.2.3. Outros Indicadores	
3.3. Instalações	
4. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	44
4.1. Enquadramento	
4.2. Análise Económica	
4.2.1. Análise Global	
4.2.2. Análise por Empresas	
4.3. Análise Financeira	
II PARTE – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	56
Balanço	
Demonstração dos Resultados por Naturezas	
Demonstrações de Fluxo de Caixa	
Demonstrações de Alterações no Capital Próprio	
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	61
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE FUNDOS	81

INTRODUÇÃO

O ano de 2016 trouxe sinais de esperança a Portugal.

O crescimento de 1,4% do PIB e a redução do défice para históricos 2,1% do PIB (confortavelmente inferior aos 2,5% exigidos pela Comissão Europeia para retirar o País do Procedimento por Défices Excessivos) deram algum alento à economia nacional, embora sem atingir ainda a robustez necessária para gerar o nível de emprego que Portugal precisa – mas não esqueçamos, contudo, que o desemprego recuou para valores que não se verificavam desde 2009.

Funcionários públicos e trabalhadores de empresas ligadas ao Estado recuperaram salários, bem como pensões foram repostas, aumentaram os apoios sociais e a carga fiscal diminuiu ligeiramente.

Mas apesar das boas notícias, comprovadas pelos números do Instituto Nacional de Estatística (INE), o setor bancário continuou envolto em dificuldades, insistindo no redimensionamento através de medidas penalizadoras para os trabalhadores.

Várias instituições seguiram o guião da reestruturação. Com maior ou menor amplitude, o denominador comum foi sempre a redução de custos através do corte de efetivos, que assumiu a forma de reformas antecipadas, rescisões por mútuo acordo ou despedimentos coletivos.

O SBSI interveio em todas as instituições onde os processos de reestruturação implicaram redução de postos de trabalho, defendendo a utilização de mecanismos que, neste contexto, melhor salvaguardem os direitos dos bancários forçados a abandonar o setor.

Em contrapartida a este contexto adverso, uma vitória: a aprovação de um novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), após quase quatro anos de duras e difíceis negociações. A nova convenção coletiva foi assinada pelas partes a 8 de julho e publicada no BTE no mês seguinte.

O Sindicato manteve uma forte intervenção também em outras áreas, através das ações desenvolvidas pelos Pelouros da Sindicalização, da Formação, da Juventude ou do GRAM, não descurando as iniciativas promovidas pelo Pelouro dos Tempos Livres, cuja importância para o bem-estar e lazer dos sócios é, igualmente, um contributo para a sua fidelização.

O outro efeito perverso do corte de postos de trabalho é a conseqüente diminuição de associados, por um lado, e de beneficiários do SAMS, por outro.

Em simultâneo, a entrada de jovens na banca é quase inexistente, enquanto muitos dos bancários mais novos continuam indiferentes aos valores da justiça e solidariedade, e assim afastados do âmbito sindical. Mesmo sendo o SBSI o maior sindicato nacional, a perda de sócios mina o seu poder e enfraquece a ação na defesa dos trabalhadores.

É preciso voltar a crescer. E isso exige o envolvimento e empenho de todos na sensibilização e divulgação das potencialidades do Sindicato, cativando os mais jovens e fidelizando os atuais associados.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. SÓCIOS

- 1.1. Movimento de sócios
- 1.2. Por género, situação e escalão etário
- 1.3. Por Secção Sindical

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. SÓCIOS

1.1. Movimento de Sócios

No final de 2016, o SBSI contava com 39.756 sócios, menos 882 que em 2015 (-2,2%).

MOVIMENTO DE SÓCIOS	2016	2015	2014	Variação (%)	
	Nº	Nº	Total	16/15	15/14
Situação no início do ano	40.638	41.665	42.805	-2,5	-2,7
Admissões e readmissões	565	524	360	7,8	45,6
Cancelamento de inscrições	1.447	1.551	1.500	-6,7	3,4
Falta de pagamento de quotas	119	129	40	-7,8	>100
Abandono do sector	293	462	442	-36,6	4,5
Pedidos de demissão	401	278	544	44,2	-48,9
Falecimentos	414	463	473	-10,6	-2,1
Licença sem vencimento	0	1	1	-100,0	0,0
Saídas com efeito em anos ant.	220	218	0	0,9	-
Situação no final do ano	39.756	40.638	41.665	-2,2	-2,5

Os falecimentos e os pedidos de demissão foram as principais causas para o cancelamento de inscrições, com 56% do total, correspondente a 815 dos casos ocorridos durante o ano, seguido do abandono do setor com uma redução de 36,6% em relação ao ano de 2015.

1.2. Por género, situação e escalão etário

SEXO / GRUPO ETÁRIO	2016		2015	2014	Variação (%)	
	Total	(%)	Total	Total	16/15	15/14
GÉNERO	39.756	100,0	40.638	41.665	-2,2	-2,5
Homens	24.963	62,8	25.634	26.412	-2,6	-2,9
Mulheres	14.793	37,2	15.004	15.253	-1,4	-1,6
SITUAÇÃO	39.756	100,0	40.638	41.665	-2,2	-2,5
Ativos	16.296	41,0	17.371	18.347	-6,2	-5,3
Reformados	23.460	59,0	23.267	23.318	0,8	-0,2
GRUPO ETÁRIO	39.756	100,0	40.638	41.665	-2,2	-2,5
< 30 anos	402	1,0	419	534	-4,1	-21,5
31 - 40 anos	3.639	9,2	4.221	4.815	-13,8	-12,3
41 - 50 anos	6.455	16,2	6.713	6.954	-3,8	-3,5
51 - 60 anos	6.609	16,6	6.955	7.320	-5,0	-5,0
> 60 anos	22.651	57,0	22.330	22.042	1,4	1,3

A representatividade das mulheres, na estrutura de sócios do SBSI, manteve-se em 2016, constituindo estas 37,2% do total.

Os reformados mantêm o seu peso, em relação aos dois anos anteriores, atingindo, no final de 2016, 59% do total. Os escalões que representavam os associados com mais de 60 anos detinham 57% do total, contra 55% no ano anterior, um aumento de 321 sócios nesse grupo etário.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. SÓCIOS

1.2. Por género, situação e escalão etário

Todos os escalões etários, com excepção do que representa os sócios com mais de 60 anos, sofreram uma redução, em termos absolutos, assinalando-se a maior quebra no escalão de 31 a 40 anos. O grupo dos sócios com menos de 30 anos representava, apenas, cerca de 1% do total. O último escalão - que voltou a crescer, em 2016 - continua a ser o mais numeroso e o seu peso corresponde já a 57% do total.

1.3. Por Secção Sindical

Estavam registados, no final do ano, na área das Secções Sindicais de Empresa, 24.681 sócios, dos quais 55,5% eram reformados.

SECÇÕES DE EMPRESA E REFORMADOS	2016		2015 Total	2014 Total	Variação (%)	
	Total	(%)			16/15	15/14
SÓCIOS	24.681	100,0	25.258	25.981	-2,3	-2,8
Activos	10.995	44,5	11.659	12.296	-5,7	-5,2
Reformados	13.686	55,5	13.599	13.685	0,6	-0,6
SECÇÕES DE EMPRESA	10.995	44,5	11.659	12.296	-5,7	-5,2
BBVA	174	0,7	221	273	-21,3	-19,0
Santander Totta	1.434	5,8	1.343	1.365	6,8	-1,6
Millennium/BCP	2.133	8,6	2.215	2.412	-3,7	-8,2
Novo Banco	1.020	4,1	1.229	1.364	-17,0	-9,9
BPI	1.322	5,4	1.466	1.510	-9,8	-2,9
BANIF	166	0,7	335	402	-50,4	-16,7
Banco de Portugal	695	2,8	727	762	-4,4	-4,6
Barclays Bank	22	0,1	262	315	-91,6	-16,8
CCAM	272	1,1	277	287	-1,8	-3,5
IFAP	181	0,7	180	188	0,6	-4,3
Montepio Geral	911	3,7	1.020	1.042	-10,7	-2,1
Unicre	128	0,5	142	142	-9,9	0,0
Interempresas	1.113	4,5	811	784	37,2	3,4
SIBS	169	0,7	183	194	-7,7	-5,7
Banco Popular	348	1,4	328	312	6,1	5,1
Grupo CGD	689	2,8	711	741	-3,1	-4,0
BIC	218	0,9	209	203	4,3	3,0
SECÇÃO DE REFORMADOS	13.686	55,5	13.599	13.685	0,6	-0,6

As Secções Sindicais de Empresa perderam 664 sócios, em 2016. Destaque para as Interempresas que aumentaram em 37,2 % o número de sócios (+302) e em sentido contrário temos o Barclays Bank com menos 91,6% dos sócios (-240), consequência da transferência dos trabalhadores para o banco Bankinter.

A Secção Sindical de Reformados que incorpora todos os sócios aposentados da área de Lisboa, que transitaram das Secções de Empresa, registou um diminuição de 87 reformados, variação contrária a que foi registada em 2015.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. SÓCIOS

1.3. Por Secção Sindical

Face ao crescente número de saídas do setor por RMA (rescisões por mútuo acordo) ou outras, as Secções Sindicais Regionais registaram uma diminuição do número de sócios, relativamente ao ano anterior (- 305 sócios). No final do ano, estavam aqui recenseados 15.075 sócios, dos quais 64,8% eram reformados.

SECÇÕES REGIONAIS	2016		2015 Total	2014 Total	Variação (%)	
	Total	(%)			16/15	15/14
SÓCIOS	15.075	100,0	15.380	15.684	-2,0	-1,9
Activos	5.301	35,2	5.712	6.051	-7,2	-5,6
Reformados	9.774	64,8	9.668	9.633	1,1	0,4
SECÇÕES REGIONAIS	15.075	100,0	15.380	15.684	-2,0	-1,9
Angra Heroísmo	356	2,4	366	360	-2,7	1,7
Beja	543	3,6	554	565	-2,0	-1,9
Castelo Branco	505	3,3	509	504	-0,8	1,0
Covilhã	377	2,5	380	391	-0,8	-2,8
Évora	896	5,9	922	937	-2,8	-1,6
Faro	1.108	7,3	1.165	1.216	-4,9	-4,2
Funchal	596	4,0	617	654	-3,4	-5,7
Horta	199	1,3	213	213	-6,6	0,0
Ponta Delgada	810	5,4	850	865	-4,7	-1,7
Portalegre	582	3,9	593	604	-1,9	-1,8
Portimão	784	5,2	798	828	-1,8	-3,6
Santarém	1.147	7,6	1.170	1.210	-2,0	-3,3
Setúbal	4.897	32,5	4.969	5.010	-1,4	-0,8
Tomar	1.004	6,7	1.022	1.030	-1,8	-0,8
Torres Vedras	1.271	8,4	1.252	1.297	1,5	-3,5

O número de sócios entre os ativos diminuiu em 411 indivíduos, relativamente a 2015, tendo o número de reformados aumentado em mais 106 elementos.

À exceção de Torres Vedras, todas as Secções Regionais reduziram o número de sócios em comparação com o ano anterior.

Na distribuição por género, nota-se predominância dos homens, no conjunto das Secções Regionais, representando 67,8% do total. Nos reformados, o peso dos homens é ainda destacado (74,9%).

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2. ATIVIDADES

- 2.1. Ação Sindical
 - 2.1.1. Vida Institucional
 - 2.1.2. Contratação Coletiva
 - 2.1.3. Sindicalização
 - 2.1.4. Informação
 - 2.1.5. Globalização e Cooperação
- 2.2. Ação Social, Cultural e Tempos Livres
 - 2.2.1. Centro de Férias e Formação
 - 2.2.2. Parque de Campismo e Caravanismo
 - 2.2.3. Contratação de Serviços de Lazer
 - 2.2.4. Colónias de Férias
 - 2.2.5. Atividades Sócio-Culturais
 - 2.2.6. Atividades Desportivas
- 2.3. Apoio Jurídico
- 2.4. Formação
- 2.5. Lutuosa

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.1. Vida Institucional

■ CONSELHO GERAL

Em 2016, realizaram-se 4 reuniões do Conselho Geral, para deliberar sobre as seguintes questões:

- Em 29 de Março: Discussão e aprovação do Relatório e Contas do Sindicato, relativo ao exercício de 2015 da Atividade Sindical, SAMS e USP.
- Em 28 de Junho: para discussão e aprovação das propostas de ACT a submeter ao Conselho Geral da Febase negociado entre a Febase em representação dos Sindicatos seus filiados, nomeadamente o SBSI e delegação nos órgãos próprios da FEBASE, de poderes para outorgar o Acordo Final de Revisão do ACT para o Setor Bancário, bem como delegação nos órgãos próprios da FEBASE para proceder à apresentação de propostas, entre outras, da revisão da tabela salarial e cláusulas de expressão pecuniária e/ou responder a propostas de revisão de outros acordos de que a Febase é subscritora, bem como proceder à sua negociação.
- Em 27 de Outubro: para deliberar nos termos do Artº 29º nº. 1, alínea h) dos Estatutos sobre a Proposta apresentada pela “Grapes Internacional Investment”, para venda do Palacete da Marquês de Fronteira, denominado Palácio Leitão, sito na rua Marquês de Fronteira, 14 a 16, em Lisboa.
- Em 13 de Dezembro: para discussão e aprovação do orçamento do Sindicato para a Atividade Sindical, SAMS e USP, bem como discussão e aprovação da proposta de revisão do ACT do BCP, da CGD e empresas do Grupo CGD, novo ACT do Montepio a submeter ao Conselho Geral da Febase e aprovação de uma proposta de revisão do AE do BNP/Paribas, sucursal em Portugal e de um novo AE para a Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo.

■ OUTROS EVENTOS

Entre outras atividades inerentes a ação sindical, salientam-se as seguintes:

- Reuniões com comissões de trabalhadores.
- Reuniões com secretariados sindicais de empresa e regionais.
- Reuniões com trabalhadores de diversas instituições.

Para além destas reuniões, tiveram lugar muitas outras sobre os processos de reestruturação que ocorreram em várias Instituições de Crédito.

O SBSI é um património de todos os bancários. A participação na vida e atividades do Sindicato é fundamental para manter viva e interventiva esta Instituição.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REVISÃO DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

O ano de 2016 foi decisivo para a negociação coletiva do setor bancário: em meados do ano concluíram-se as negociações do Acordo Coletivo de Trabalho, com um resultado que contempla muitas das nossas reivindicações.

Recorde-se que este foi um processo inédito na história das relações laborais do setor após a reprivatização da banca, ocorrida no último quartel do século XX.

Quando em 2011 o SBSI, através da FEBASE–Federação do Setor Financeiro, apresentou uma proposta de revisão da tabela salarial e cláusulas de expressão pecuniária, fê-lo ciente das dificuldades que o setor bancário atravessava, mas longe de imaginar os obstáculos que o setor iria ainda enfrentar.

À nossa proposta, as Instituições de Crédito reponderaram com a denúncia do ACT, apresentando em contrapartida um documento minimalista que no essencial pretendia colocar a gestão de recursos humanos ao livre arbítrio de cada banco, remetendo tudo o mais para as normas do Código do Trabalho.

A proposta inicial do Grupo Negociador das IC punha em causa matérias de fundamental importância para os bancários, como as promoções por antiguidade e mérito, mobilidade geográfica, intervalos de descanso, isenção de horário de trabalho, pagamento do trabalho suplementar, diuturnidades, prémio de antiguidade, ajudas de custo, e o aumento das pensões de reforma indexadas ao aumento da tabela salarial dos trabalhadores no ativo. Pretendia também o fim da contratualização do pagamento dos subsídios infantil e de estudo, alteração das funções específicas, fixação do valor do subsídio de almoço, limitação do exercício da atividade sindical e mudanças no regime do crédito à habitação, entre outras matérias.

O Sindicato reagiu com uma contraproposta que procurava salvaguardar o que de mais importante existia no ACT, defendendo assim conquistas alcançadas ao longo de muitos anos, nomeadamente em matérias referentes à Segurança Social e ao SAMS.

Negociámos com firmeza, mas tendo consciência que sobre nós pendia uma ameaça legal: a falta de entendimento conduziria à caducidade da convenção coletiva, prevista no Código de Trabalho (Art.º 501.º). Nessa situação manter-se-ia em vigor unicamente as cláusulas referentes à retribuição do trabalhador, categoria e respetiva definição, duração do tempo de trabalho e garantia do regime de proteção social cujos benefícios sejam substitutivos dos assegurados pelo Regime Geral de Segurança Social ou com protocolo de substituição do SNS – o que colocaria em causa, nomeadamente, o SAMS.

Foi neste contexto desfavorável que decorreram as negociações do ACT, perseguindo firmemente o nosso objetivo de ultrapassar uma situação de constrangimento profundamente lesiva dos interesses e direitos dos trabalhadores bancários.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REVISÃO DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

ACT do Setor Bancário

O processo negocial prolongou-se por quase quatro anos, ao longo dos quais conseguimos inverter parcialmente as pretensões do Grupo Negociador das Instituições de Crédito e assim assegurar, nomeadamente:

- a) A atualização salarial de 0,75% para 2016 (com efeitos retroativos a janeiro) e igual percentagem para 2017, mantendo-se esta atualização aplicável aos trabalhadores no ativo, reformados e pensionistas;
- b) A manutenção da garantia de que o aumento de todas as cláusulas de expressão pecuniária, incluindo a tabela salarial e pensões de reforma e sobrevivência, terão efeito a janeiro de cada ano;
- c) A manutenção das diuturnidades por antiguidade, por cada cinco anos, até aos 35 de serviço, terminando as diuturnidades de nível;
- d) O direito à próxima promoção para todos os trabalhadores cuja última promoção tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2014, acabando as promoções por antiguidade;
- e) O aumento de 15% para 16% das promoções decididas com base no mérito;
- f) A criação de uma cláusula sobre avaliação do desempenho, sendo reconhecido ao trabalhador o direito à reclamação;
- g) O reconhecimento do concelho de residência e do local de trabalho do trabalhador, bem como a duração de 1 hora do tempo de viagem em cada sentido de e para a residência, nas transferências do local de trabalho, por iniciativa da empresa;
- h) A manutenção do regime de ajudas de custo (não previsto na proposta inicial do GNIC), embora com diminuição do valor nas deslocações ao estrangeiro;
- i) A criação de um Prémio de Final de Carreira, de 1,5 meses da RME, em substituição do Prémio de Antiguidade. Após a entrada em vigor do ACT, todos os trabalhadores terão direito ao recebimento do valor correspondente ao proporcional do prémio de antiguidade a que teriam direito;
- j) O direito a 2 dias de descanso – o domingo como obrigatório e o sábado como complementar –, a período de férias de 25 dias, e ao período normal de trabalho de 35 horas semanais;
- k) O direito aos subsídios infantil, de estudo, trabalhador-estudante e subsídio de falhas, nos termos em vigor;
- l) O direito ao crédito à habitação nos termos em vigor (taxa bonificada), passando o seu Regulamento a fazer parte integrante do ACT;

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REVISÃO DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

- m) A garantia do pagamento de 25% da retribuição base nas Isenções de Horário de Trabalho. Para aqueles que auferem um valor superior, este mantém-se até ser absorvido, não podendo assim o seu rendimento ser diminuído; para os que auferem um valor correspondente a duas horas de isenção, o valor manter-se-á até que a aplicação de 37,5% da retribuição base acrescido das diuturnidades resulte num valor inferior;
- n) A introdução na cláusula dos SAMS do valor per capita nos descontos das Instituições de Crédito, anseio antigo dos Sindicatos, mantendo os trabalhadores a mesma percentagem de contribuição, ou seja 1,5% da RME. O valor per capita a cargo das IC será aumentado na mesma data e na mesma percentagem que os aumentos verificados na tabela salarial;
- o) O direito à manutenção do plano de reformas de Contribuição Definida e aumento das pensões de reforma nos termos dos aumentos da tabela salarial, em caso de caducidade da convenção, o que vai além do estipulado legalmente.

Salários nas IC não subscritoras do ACT

O SBSI, através da FEBASE, reclamou a atualização dos salários dos trabalhadores não abrangidos do ACT do Setor Bancário.

Assim, e tendo em vista um tratamento equitativo entre todos os trabalhadores, reformados e pensionistas do setor, enviámos pedidos de negociação de aumento da tabela salarial e cláusulas pecuniárias às administrações do Millennium BCP, da CGD, da FENACAM e do BIC.

Uma segunda solicitação seguiu para 22 instituições não subscritoras do ACT do Setor Bancário ou de qualquer outra convenção coletiva celebrada com os Sindicatos da Febase, convidando-as a aderir ao Acordo Coletivo.

Revisão de convenções

O ACT do Setor Bancário aplica-se a todos os sócios bancários das entidades subscritoras, com exceção dos trabalhadores cujas instituições têm convenções próprias. Estão neste caso o Grupo Millennium bcp, o Banco de Portugal, CGD, Empresas do Grupo CGD, Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, Banco BIC.

Todas estas instituições e grupos possuem o seu próprio IRCT, cujos clausulados de quase todas foram também revistos em 2016, depois de negociações entre FEBASE e empresas.

Em alguns casos, novas convenções surgiram pela primeira vez: caso do ACT da Caixa Económica Montepio Geral, Montepio Crédito e Montepio Valor, e da Oitante, esta última aguardando ainda a aprovação pelos órgãos próprios.

Também foram iniciadas negociações para o AE da Parvalorem.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REVISÃO DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

AE da CGD

O acordo de princípio alcançado na revisão do AE da Caixa prevê as seguintes alterações:

- O AE deixa de se manter em vigor até ser substituído por outro;
- As Promoções por antiguidade ficam associadas à avaliação positiva em pelo menos 50% dos anos de permanência no nível, e no Grupo I a passagem do nível 10 para o nível 11 é após a permanência de 5 anos no nível;
- O descanso compensatório só ocorre quando o somatório dos períodos de trabalho perfizer o n.º de horas igual a metade do período normal de trabalho e é remunerado nos termos da lei;
- O trabalhador que fizer caixa até 11 dias recebe 50% do abono para falhas e se fizer mais de 11 dias recebe a totalidade do valor do abono, deixando de existir o conceito de função principal e predominante;
- O trabalho suplementar é remunerado nos termos da lei;
- As despesas de deslocação em serviço passam a ser remuneradas pelos valores da Função Pública;
- Criação de um subsídio de apoio à natalidade no valor de €750.

ACT das Empresas do Grupo da CGD

Os Sindicatos da Febase chegaram também a acordo com as Administrações do universo CGD relativamente a algumas cláusulas. São elas:

- O ACT deixa de se manter em vigor até ser substituído por outro;
- Durante o período de estágio para nova categoria, o trabalhador tem direito à remuneração do nível como se estivesse já na nova categoria;
- O direito a progressões por mérito num percentagem anual a definir pela empresa;
- O trabalho suplementar em dia útil ou feriado é pago nos termos da lei;
- Criação de anuidades nos termos do que vigora na CGD;
- O trabalho suplementar é remunerado de acordo com o previsto na lei;
- As deslocações ao serviço da empresa equiparadas às regras da CGD, e pagas nos termos da lei;
- Criado um subsídio de apoio ao nascimento de filhos;
- Direito a mais 2 ou 3 dias de licença com retribuição em função da antiguidade na empresa;

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REVISÃO DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

ACT das Empresas do Grupo da CGD

- Pode ser concedida, a pedido do trabalhador, licença sem retribuição por tempo determinado, contando o tempo para categoria e antiguidade;
- São atualizados os valores dos subsídios infantil e de estudo (anexo V);

ACT do Grupo BCP

A proposta de revisão teve por base o ACT do Grupo BCP em vigor, com algumas alterações decorrentes do novo ACT do Setor Bancário, nomeadamente nas seguintes matérias:

- Atividade Sindical nos termos do ACT para o setor bancário, mantendo os tempos inteiros atualmente em vigor no ACT do BCP;
- Progressão de nível salarial com promoções por mérito de 16% para o GI, do N5 ao N9;
- Apreciação especial dos trabalhadores que não foram promovidos ao fim de 5 anos, nos termos da cl.ª 21.ª;
- Alteração das regras em caso de falhas de caixa;
- Alteração do horário de encerramento das sucursais, por forma a garantir o intervalo de descanso obrigatório;
- Dispensa do dever de assiduidade na tarde do dia de aniversário dos filhos até aos 12 anos e meio-dia no primeiro dia de escolaridade básica e preparatória;
- Provada situação de doença;
- Fim do Prémio de Antiguidade e criação de um Prémio de final de Carreira;
- Alteração da idade mínima de reforma nos termos do Regime Geral da Segurança Social;
- Alteração da percentagem do complemento da pensão de reforma em caso de invalidez permanente;
- Reforma fora do Setor Bancário;
- Contribuições para o SAMS tendo em vista o modelo de per capita previsto no ACT;
- Criado um subsídio de apoio à natalidade;
- Adequação ao ACT do Setor Bancário das regras do crédito à habitação.

O BCP comprometeu-se ainda a iniciar conversações, após o pagamento dos CoCo's, acerca de matérias de natureza salarial, despesas com deslocações e ajudas de custo.

É também compromisso assumido pelo Banco que, para os Sindicatos subscritores desta revisão do ACT, a reposição salarial contemplada no título V seja antecipada para julho de 2017.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REVISÃO DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

ACT do Grupo Montepio

O Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) para a Caixa Económica Montepio Geral, Montepio Crédito e Montepio Valor é uma novidade, já que até à última negociação o MG era subscritor do ACT do Setor Bancário.

Em reunião realizada a 8 de julho, a Administração do Montepio Geral informou-nos que a instituição não iria subscrever o ACT do setor, que seria assinado pela Febase e as IC nesse mesmo dia.

Contudo, o Montepio comprometeu-se a prosseguir as negociações para um Acordo Empresa e, nesse sentido, enviou aos Sindicatos da FEBASE uma proposta negocial.

Foi assim possível chegar a um Acordo, que corresponde ao ACT do Setor Bancário mas contém um conjunto de alterações, entre as quais se destacam, nomeadamente:

- Criação de uma cláusula que prevê a apreciação especial dos trabalhadores que ao fim de 5 anos não tenham sido promovidos;
- Dispensa de assiduidade, além do previsto no ACT, do dia de aniversário, e do primeiro dia de escola dos filhos que ingressem no primeiro ano do ensino Básico;
- A idade limite da reforma passa a ser a do Regime Geral da Segurança Social, salvo para aqueles que já tenham atingido os 60 anos ou mais de idade;
- Melhoria dos Subsídios de Estudo, Infantil e Trabalhador Estudante, com complementos propostos pela Administração;
- Contratualização de um seguro de saúde complementar, extensivo aos reformados, nos termos de norma interna;
- Contratualização de um subsídio de Apoio familiar, Apoio à natalidade e um subsídio social de alojamento;
- Contratualização do complemento de mérito, que passa a integrar a RME e conta para efeitos de reforma.

No entanto, ficaram suspensos até 31 de dezembro de 2017 os aumentos salariais, as progressões de nível, a remuneração do trabalho suplementar e o direito a novas diuturnidades.

A Instituição garantiu compensar os trabalhadores pela aplicação das disposições transitórias através da atribuição de um valor de distribuição de resultados, bem como a não recorrer a despedimentos coletivos.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REVISÃO DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

O BNP/PARIBAS, Sucursal em Portugal

O BNP/Paribas em Portugal abriu um serviço específico de suporte à atividade Internacional do Grupo Económico BNP PARIBAS, entidade com quem celebrámos um Acordo de Empresa publicado em 2015.

Atendendo ao facto de a sucursal ter já ao seu serviço centenas de trabalhadores, foram negociadas algumas alterações ao AE, tendo em vista um melhor enquadramento para o exercício das funções para que foi criado.

Os trabalhadores abrangidos por este AE não trabalham para o mercado português, mas apenas para o mercado internacional, pelo que está em causa a eventualidade de trabalharem para mercados cujos períodos de descanso não sejam coincidentes com os nossos em Portugal.

Assim, foram objeto de negociação:

- Alteração do período de funcionamento, nomeadamente no que se refere aos dias de descanso;
- Clarificação do uso da Isenção do Horário de Trabalho;
- Contribuições para o SAMS;
- Aumento salarial para 2017.

CEMAH

A Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo (CEMAH) foi subscritora do ACT do Setor Bancário, embora com a ressalva de várias matérias, mas há já alguns deixou de subscrever as sucessivas revisões.

Depois de vários contactos, a Administração da Caixa mostrou-se disponível para, nos termos legais, aplicar aos seus trabalhadores a convenção coletiva do setor, embora com algumas especificidades decorrentes das características da instituição.

Como a lei Portuguesa já não permite a adesão ao ACT com ressalvas, concluiu que a alternativa passava pela subscrição de um Acordo Empresa com base no ACT do setor, contemplando alterações que respondam às suas especificidades.

Entre as alternativas que a Administração pretende contam-se, nomeadamente:

- Plano Complementar de Reforma de Contribuição Definida para todos os trabalhadores inscritos no Regime Geral de Segurança Social;
- Concessão do crédito à habitação nos termos do Regulamento interno;
- Contribuições para os SAMS.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REVISÃO DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

Oitante

Os Sindicatos da FEBASE negociaram também um AE para a Oitante, empresa-veículo criada após a compra do Banif pelo BST e que absorveu os trabalhadores do banco extinto não transferidos para o Santander.

O articulado do AE teve por base o ACT do Setor Bancário, com as devidas adaptações às especificidades da empresa, nomeadamente o facto de não ser um banco, ter um regime diferente em matéria de Segurança Social e não poder conceder crédito aos seus trabalhadores.

As partes chegaram a um acordo de princípio no final do ano, faltando agora a aprovação do texto pelo conselho Geral.

Parvalorem

Ao fim de vários meses de insistência, recebemos finalmente uma proposta de revisão do ACT da Parvalorem.

O documento está ainda a ser analisado. No entanto, podemos afirmar que a proposta da Administração da empresa foi elaborada com base no ACT do Setor Bancário, tendo presente que esta é uma empresa do setor empresarial do Estado, com tudo o que isso implica.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REESTRUTURAÇÕES NO SETOR BANCÁRIO

Novo Banco

No âmbito do plano de reestruturação do Novo Banco, em 2016 os Sindicatos da FEBASE acordaram com a Administração da instituição a manutenção do direito ao SAMS a um conjunto de trabalhadores que rescindisse o contrato de trabalho a partir de março.

No documento assinado pelas partes, o banco comprometeu-se ao pagamento imediato do montante correspondente à sua contribuição de 6,5% da retribuição de cada trabalhador, valor calculado com base na metodologia utilizada na capitalização dos fundos de pensões.

A instituição assegurou ainda o pagamento da contribuição do trabalhador durante um ano. Após esse período, os interessados na manutenção do SAMS terão assumir o 1, 5% a seu cargo (valor atualizável em função da tabela salarial).

Este acordo veio na sequência das múltiplas diligências efetuadas pela Febase junto dos detentores do NB (primeiro-ministro e ministros das Finanças e do Trabalho), no sentido de evitar o despedimento coletivo e substituir essa medida por rescisões de contrato por mútuo acordo.

Nesse âmbito, uma delegação em representação da Febase e da UGT reuniu-se com o ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social para debater a situação do Novo Banco.

Vieira da Silva garantiu então que o banco foi considerado empresa em reestruturação, de acordo com as normas da legislação em vigor.

Banco Popular

O Sindicato tem acompanhado os trabalhadores do Banco Popular nas diferentes decisões da sua Administração.

Assim, e no âmbito do plano de reestruturação, o Banco Popular informou-nos sobre o pedido de empresa em reestruturação apresentado ao Ministério do Trabalho, que levou à saída de cerca de 300 trabalhadores.

Este plano de reestruturação veio na sequência de outro mais alargado imposto pela “casa-mãe”, que decidiu deslocalizar para Madrid alguns dos seus serviços.

A instituição abriu um período de candidaturas a todos os trabalhadores interessados em rescindir o contrato com a instituição por mútuo acordo.

Já em fevereiro de 2017, o Banco Popular Portugal passou a sucursal e a sua atividade bancária foi integrada no Banco Popular Español. Contudo, a relação laboral entre trabalhadores e empregador manteve-se inalterada.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REESTRUTURAÇÕES NO SETOR BANCÁRIO

Barclays e Bankinter

No segundo semestre de 2015, o Barclays informou-nos que a venda ao Bankinter da sua operação a retalho em Portugal estava concretizada, deixando a promessa de manutenção dos postos de trabalho e das condições laborais em vigor.

No primeiro trimestre de 2016 o Bankinter assumiu o negócio do Barclays, passando a atuar no mercado português com a sua marca – é o décimo maior banco de Espanha.

O SBSI, juntamente com os outros Sindicatos dos Bancários da FEBASE, foi convidado para uma reunião com os administradores do banco em Portugal, que quiseram apresentar o grupo espanhol e a sua estratégia para o nosso País.

Na ocasião, os responsáveis realçaram a relevância que o banco presta à relação com os trabalhadores e os sindicatos, e a FEBASE aproveitou a oportunidade para defender a importância de o Bankinter subscrever o ACT do setor bancário.

Tal como tinha sido garantido, o Bankinter manteve os cerca de dois mil trabalhadores do Barclays adstritos aos balcões e às operações de back-office associados ao negócio.

Do mesmo modo, foi uma das instituições subscritoras do novo ACT.

Já a operação do Barclays em Portugal ficou restrita ao negócio dos cartões de crédito, gestão de ativos e grandes empresas, tendo continuado nos seus quadros os trabalhadores afetos a essas funções.

Oitante

Os trabalhadores da Oitante mantiveram a preocupação com o seu futuro após a migração das contas do ex-Banif para o Santander Totta, o que levou os Sindicatos da FEBASE a questionar o Conselho de Administração da empresa.

Em reunião entre as partes para debater a situação laboral na empresa, a Administração informou-nos que o processo prolongar-se-á por algum tempo, garantindo que após a sua conclusão os trabalhadores continuarão ao serviço da Oitante.

A empresa mantém-se apostada em assegurar o emprego, nomeadamente com a criação de uma Unidade de Negócios, de forma a não serem desperdiçados o saber e formação dos trabalhadores.

O processo de rescisões de contrato continuou aberto a quem estivesse interessado.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

CGD

A Febase reuniu-se com a administração da CGD em meados de março de 2015, tendo sido informada de que a instituição iria avançar com um processo de reformas antecipadas, ao qual podiam candidatar-se todos os trabalhadores que completem 55 anos até 31 de dezembro de 2016.

O SBSI integrou uma delegação da Febase que foi recebida pela Administração da CGD, em resposta ao nosso pedido de reunião para esclarecimento do anunciado plano de reestruturação da instituição, bem como da matéria correlacionada.

O presidente do Conselho de Administração explicou detalhadamente o enquadramento em que decorre o plano de recapitalização e discorreu sobre a forma como será desenvolvido o plano de reestruturação, que passará única e exclusivamente por reformas antecipadas e rescisões por mútuo acordo.

Relativamente às reformas antecipadas, lembrou que continua a decorrer o plano Horizonte, embora se desconheça o seu resultado final.

A Administração deu-nos a garantia é que só sairá da Caixa quem não pretenda permanecer, quer nas rescisões por mútuo acordo, caso venham a acontecer, quer nas reformas antecipadas, que vão continuar.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.3. Sindicalização

O Pelouro da Sindicalização, durante o ano de 2016, deu prioridade à política de captação de novos associados, reforçando a atividade em visitas aos locais de trabalho em várias regiões do País, quer em instituições subscritoras do ACT ou outros IRCT, quer em instituições não subscritoras de nenhuma convenção.

Neste período foram angariados 550 novos associados, no que contámos com o apoio dos colegas que desenvolvem atividade nos Secretariados de Empresa e Regionais.

Num cenário que não nos é favorável e se não for tido em linha de conta os casos de abandono do setor e os falecimentos – que representam 60% da saída de associados – teríamos um crescimento, embora limitado, de 44 novos sócios.

A complexa situação do setor, o emagrecimento dos quadros de pessoal na banca, a reduzida e esporádica contratação de novos trabalhadores, o envelhecimento da base de associados e as organizações sindicais congéneres, que provocam a dispersão dos trabalhadores entre os sindicatos, têm sido os fatores preponderantes para a diminuição da nossa base de sócios.

Para contrariar esta situação, foi disponibilizado a toda a estrutura um conjunto de flyers promocionais, assim como alguns “argumentários” destacando os pontos fortes da nossa organização, ao nível sindical e do SAMS. Este material foi objeto de divulgação no setor.

Continuámos a dar enfoque na captação de sócios junto de instituições com acordos de empresa celebrados recentemente, donde já resultou um crescimento de cerca de 280 sócios.

Com o apoio e esforço de todos os membros da estrutura sindical, vamos continuar a trabalhar para contrariar a demissão de sócios, para fidelizar os que temos e para angariar novos.

2.1.4. Informação

Numa sociedade cada vez mais obcecada por resultados – mais lucros, mais ativos, mais, mais, mais... – as notícias sobre economia são subordinadas aos interesses dominantes, como se as empresas fossem vazias de pessoas.

Nesta envôlvência torna-se difícil à opinião pública percecionar as vidas interrompidas por detrás dos números da banca: o que significa o redimensionamento das instituições para quem lá trabalha? Encerramento de balcões, redução de efetivos, fusão de secções ou departamentos traduzem-se, se não usarmos eufemismos, em desemprego.

Para os que mantêm o emprego nos bancos o clima laboral não é fácil, entre ritmos de trabalho intensos, tentativas de incumprimento das convenções coletivas e o permanente receio de uma proposta de saída.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.4. Informação

A circunstância de o setor bancário continuar longe de estabilização e da consolidação conduz a que as notícias a ele respeitantes continuem a ser, em regra, de pendor negativo e a perspetivar um futuro pouco animador para a generalidade das instituições e, conseqüentemente, para os trabalhadores bancários.

Por tal motivo, a missão do Pelouro de Informação do SBSI assume não só contornos de redobrada complexidade como, também, de acrescida responsabilidade.

Complexidade porque nos compete a tarefa de informar, atempadamente e com rigor, os associados o que, em função da realidade vivida no setor e da instabilidade laboral e social por todos reconhecida, exige acentuada objetividade.

Responsabilidade porque, mesmo com o enquadramento mais ou menos sombrio que paira sobre a banca, o SBSI deve transmitir uma palavra de esperança aos associados, deve pugnar pela recuperação do prestígio de “ser bancário” o que implica, também, contribuir para reganhar da confiança dos clientes nas instituições de crédito.

A informação do Sindicato aos seus associados processa-se através das revistas “O Bancário” e “Febase”, do sítio na Internet, da Newsletter, e do envio de mailing list através do Ligue-se @ nós.

■ Revistas

As revistas “O Bancário” e “Febase” têm periodicidade mensal, intercalando as edições quinzenalmente desde março de 2010. Ambas são distribuídas gratuitamente aos sócios por correio ou via email, estando ainda disponíveis online no portal do SBSI.

Com objetivos diferentes, as revistas são complementares. “O Bancário” é distribuído apenas aos sócios do SBSI e por isso dedicado essencialmente às atividades que desenvolvemos, nomeadamente no que se refere ao SAMS, tempos livres ou formação.

Igualmente merecem destaque as iniciativas das Comissões – GRAM, Juventude e Quadros e Técnicos – difundidas em páginas próprias.

Já a “Febase”, revista dirigida a todos os associados dos Sindicatos que integram a Federação do Setor Financeiro, privilegia os temas comuns ao setor, especialmente os de âmbito sindical, como a contratação coletiva.

Em 2016 os conteúdos da revista refletiram as principais preocupações dos bancários, relatando os conflitos no setor e dando conta do trabalho sindical desenvolvido.

Entre os assuntos de maior relevância, destaque-se a divulgação do novo ACT do setor bancário, cujas negociações foram concluídas em meados do 2016 e entrou em vigor em agosto desse ano.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.4. Informação

■ Revistas

A reestruturação de algumas instituições de crédito através de rescisões por mútuo acordo, reformas antecipadas e, nos casos mais dramáticos, despedimentos coletivos, bem como os passos para a concretização do sindicato único, marcaram também o ano informativo.

Ao longo do último ano manteve-se a preocupação e o empenho no enriquecimento das revistas ao nível dos conteúdos, procurando diversificar os temas e os ângulos de abordagem sem perder a perspetiva crítica que se impõe numa revista de carácter sindical. Esse esforço foi particularmente visível nos dossiês temáticos. Refira-se, como meros exemplos, a inauguração da sede da UGT, o lento crescimento do emprego na UE ou a igualdade de género na banca.

■ Portais do SBSI / SAMS

A comunicação, quer a nível técnico quer de conteúdos, está em evolução permanente e o nosso empenho em acompanhar esta realidade é absoluto. É o caso da plataforma digital, inaugurada em 2013 e em permanente atualização.

Dividido em três grandes áreas – Atividade Sindical, SAMS e Ligue-se @ nós – o sítio coloca aos dispor dos sócios um conjunto de funcionalidades que visam um contacto mais cómodo e fácil com os serviços do Sindicato, dos eventos em cada Secção Sindical à marcação de consultas ou ao consultório jurídico.

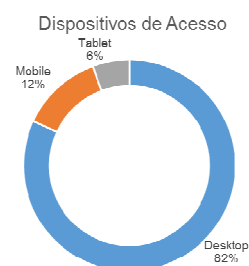
Na plataforma os associados encontram disponível toda a informação da atividade sindical do SBSI, da negociação coletiva às reuniões com trabalhadores, à formação e às iniciativas das Comissões e dos Tempos Livres.

Em 2016 houve uma maior atenção à imagem, com um reforço na utilização de vídeos e da galeria de imagens. São exemplos o Encontro anual do GRAM ou os concertos de Coros Bancários.

Além de textos com a atualidade, qualidade e rigor informativo que sempre foram a marca distintiva do SBSI, o sítio disponibiliza também dados sobre as convenções coletivas em vigor, o Parque de Campismo, o Centro de Férias e outros.

No quadro anexo é exposta a evolução do portal nos últimos dois anos:

SITE DO SBSI/SAMS	2016	2015	2014	Variação (%)	
	Nº	Nº	Nº	16/15	15/14
Acessos	644.799	565.757	311.349	14	82
Média / dia	1.767	1.550	853	14	82



I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.4. Informação

■ ‘Ligue-se @ nós’

O Sindicato continua a dinamizar a campanha “Ligue-se @ nós”, cujo objetivo é privilegiar o contacto direto com os associados. Esta nova forma de comunicação tem registado uma crescente adesão, atingindo no final de 2016 os 25.371 sócios contactáveis por e-mail.

Através de e-mail, o SBSI envia aos sócios registados os comunicados sobre o que se passa no seu banco, alerta para novas notícias inseridas no sítio do Sindicato e divulga uma série de informação de interesse, nomeadamente nas áreas da Contratação Coletiva, Formação, GRAM ou Tempos Livres.

■ Newsletter

A Newsletter, que lançámos no final de 2014, é já uma aposta ganha. Com periodicidade quinzenal, leva aos associados registados na mailing list as últimas notícias difundidas através do sítio e que, por algum motivo, poderão não ter chegado ao conhecimento dos sócios.

Esta forma de comunicação privilegia a comodidade, facilita a leitura e fortalece o elo de ligação entre o Sindicato e os sócios.

■ Mensagem de aniversário

A mensagem de parabéns aos sócios teve plena concretização em 2016.

No dia do seu aniversário, cada associado recebe uma mensagem do Sindicato, desejando-lhe os parabéns e um dia feliz. Esta é uma forma singela de homenagear e simultaneamente agradecer a todos, de forma individual, a participação nesta grande família que é o SBSI.

Cada ano com uma imagem nova, a mensagem de parabéns é enviada por e-mail, sms ou correio e tem sido recebida com satisfação pelos associados, como se verifica pela quantidade de respostas positivas chegadas ao Sindicato.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.5. Globalização e Cooperação

■ NO ÂMBITO DA UGT – UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES

A manifestação do 1º de Maio que em 2016 se realizou, pela primeira vez, em Viseu, teve a colaboração ativa do Sindicato na sua organização, traduzida, também, na participação dos bancários quer das regionais próximas do local do evento, quer dos que se deslocaram das áreas sindicais de Lisboa, Alentejo e Algarve em transportes organizados pelo Sindicato.

Os representantes eleitos e designados nos órgãos da Central colaboraram, de forma empenhada, nas iniciativas desenvolvidas a nível nacional e internacional, com vista ao estreitamento das relações da solidariedade, quer a nível europeu, quer mundial, como forma de melhor compreender e combater os problemas comuns que os trabalhadores, a nível global, enfrentam.

Os problemas específicos dos jovens e das mulheres, mereceram, também, da parte do Sindicato, especial atenção e participação nas ações levadas a cabo pela Central.

■ NO ÂMBITO DA UNI – UNION NETWORK INTERNATIONAL

Em 2016, o Sindicato manteve a sua participação nas comissões e reuniões realizadas no âmbito da UNI, UNI-Europa, e UNI Europa Finanças, participando, também, nas seguintes ações:

- Reuniões sobre o Dialogo Social do Setor Bancário, patrocinadas pela U.E.
- Reuniões relacionadas com o funcionamento e âmbito da Autoridade Bancária Europeia, também patrocinadas pela U.E.
- 5.ª Conferência da UNI-Europa Mulheres que teve lugar em Roma, e reuniu sindicalistas de mais de 81 sindicatos filiados na UNI. Sob o lema “Mulheres no coração da mudança na Europa”, a conferência focou aspetos relacionados com a discriminação sofrida pelas mulheres a nível laboral.
- No âmbito da UNI-Europa Finanças, o SBSI recebeu, na sua sede, uma delegação das Comisiones Obreras (CC.OO), de Espanha, para a primeira reunião bilateral sobre análise comparativa das convenções coletivas do setor bancário de ambos os países.
- Escola de verão da UNI-EUROPA JUVENTUDE, realizada em Albufeira, e que, durante três dias, teve como objetivo, melhorar as competências dos jovens ativistas sindicais nas áreas da Comunicação, Apresentação e Negociação.
- Reunião da UNIMed, estrutura mediterrânica da UNI, realizada, em Chipre, sob o lema “Reorganizar para vitalizar “ onde participaram representantes dos sindicatos de Portugal, Chipre, Grécia, Itália, Malta, Espanha e Turquia. Nesta reunião, o presidente do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, até então presidente da referida estrutura, passou o testemunho a Mauro Bossola de Itália.
- Conferência de quadro, em Madrid, sobre a Banca Digital.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.5. Globalização e Cooperação

■ NO ÂMBITO DA CPLP SINDICAL

Realizou-se em S. Paulo, Brasil, o II Encontro do Fórum de Sindicatos do Sector Financeiro da CPLP, de Angola, Brasil, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, para aprovação dos seus Estatutos, que regerão o funcionamento do referido Fórum, cujo objetivo é:

- Intercâmbio, troca de experiências e organização dos países da CPLP;
- Institucionalizar a Língua Portuguesa como língua de trabalho nas organizações internacionais;
- Reunião bienal, podendo ser intercalada com reuniões técnicas;
- Rotatividade das reuniões entre os países;
- Necessidade de Formação Sindical para criação de quadros sindicais em todos os países.

■ OUTROS

Reuniões semestrais do grupo de trabalho da TUAC, que integra o presidente da Direção do SBSI, com a OCDE para análise da evolução dos PPP's (Plano Privados de Pensões).

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.1. Centro de Férias e Formação

O número de dormidas em 2016, aumentou em 1.636 relativamente ao ano de 2015. A taxa de ocupação anual, que resulta do potencial calculado a partir do quarto duplo, também aumentou em termos homólogos, passando de 28,7%, em 2015, para 35,7%, no exercício findo.

PERÍODO	2016		2015	2014	Variação (%)	
	Nº	Ocupação (%)			Nº	Nº
1º trim	1.218	20,3	778	845	56,6	-7,9
2º trim	1.887	31,9	1.504	1.611	25,5	-6,6
3º trim	4.306	62,3	3.791	3.009	13,6	26,0
4º trim	925	15,4	627	810	47,5	-22,6
TOTAL	8.336	35,7	6.700	6.275	24,4	6,8

Todos os trimestres de 2016 obtiveram uma variação positiva em relação a 2015, com destaque para os 1º e 4º trimestres, com um aumento de 56,6% e 47,5% respetivamente.

O número de utentes que utilizaram o Centro de Férias e Formação aumentou 24,4%, confirmando a variação positiva identificada durante os últimos anos.

Durante o ano, realizaram-se no Centro de Férias várias acções organizadas pelo Sindicato, de que salientamos os cursos de formação e convívios temáticos.

2.2.2. Parque de Campismo e Caravanismo

O número de utentes do Parque de Campismo, em 2016, relativamente ao ano anterior, aumentou em cerca de 15,3%.

PAÍS DE ORIGEM	2016				2015	2014	Variação (%)			
	1º trim	2º trim	3º trim	4º trim			Total	Total	16/15	15/14
Portugal	489	1.912	7.328	677	10.406	33,8	9.762	9.119	6,6	7,1
Alemanha	429	803	871	521	2.624	8,5	2.206	1.938	18,9	13,8
Bélgica	189	156	165	177	687	2,2	655	719	4,9	-8,9
Espanha	260	429	3.310	216	4.215	13,7	3.325	3.124	26,8	6,4
França	1.505	1.492	2.708	925	6.630	21,5	5.322	4.571	24,6	16,4
Holanda	268	411	299	237	1.215	3,9	1.055	1.101	15,2	-4,2
Noruega	146	49	17	77	289	0,9	324	407	-10,8	-20,4
Inglaterra	773	499	410	530	2.212	7,2	2.070	2.445	6,9	-15,3
Suécia	161	45	27	190	423	1,4	388	466	9,0	-16,7
Outros	281	435	1.026	324	2.066	6,7	1.587	1.496	30,2	6,1
TOTAL	4.501	6.231	16.161	3.874	30.767	100,0	26.694	25.386	15,3	5,2
% do total anual	14,6	20,3	52,5	12,6	100,0					

Os portugueses continuaram a ser os principais frequentadores do Parque, com 33,8% do total das entradas. Dos estrangeiros, o principal cliente foi a França, seguido de Espanha, Alemanha e Inglaterra.

O 3º trimestre foi o período de maior densidade de ocupação, com uma concentração de 52,5% do total anual. Entre os estrangeiros, salvo Espanha e França, a distribuição dos utentes ao longo do ano mostra que, em média, a procura é mais forte na época baixa.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.2. Parque de Campismo e Caravanismo

O tempo de permanência de utentes no Parque de Campismo é muito variável, sendo a taxa média de permanência de 6,3 dias. A nacionalidade que apresenta estadias mais prolongadas é a sueca (13,7 dias), seguida da norueguesa (12,8 dias) e da inglesa (11,9 dias).

PAÍS DE ORIGEM	2016		2015 Total	2014 Total	Variação (%)	
	Total				16/15	15/14
Portugal	6,0		5,6	6,5	8,2	-13,7
Alemanha	5,5		6,1	6,2	-9,7	-1,7
Bélgica	11,1		11,1	10,7	0,4	3,6
Espanha	3,0		3,0	2,8	0,9	5,1
França	6,3		6,6	6,2	-4,4	6,6
Holanda	6,5		8,2	7,9	-20,7	3,4
Noruega	12,8		14,2	12,4	-10,0	14,3
Inglaterra	11,9		12,4	10,3	-3,8	20,1
Suécia	13,7		14,9	11,5	-8,5	30,1
Outros	4,5		4,6	4,5	-2,4	2,0
TOTAL	6,3		6,5	6,6	-3,0	-1,9

Com um total de 192.490 dormidas registadas em 2016, resultou no aumento de 11,8% comparativamente a 2015. As dormidas de utentes nacionais fixaram-se em 62.871 (+15,4%), correspondendo a 32,7% do total. De salientar que referente às dormidas de utentes estrangeiros, o principal cliente foi a França com 21,7%, com um crescimento de 19,1 % relativamente a 2015.

PAÍS DE ORIGEM	2016		2015 Total	2014 Total	Variação (%)	
	Total	(%)			16/15	15/14
Portugal	62.871	32,7	54.496	59.017	15,4	-7,7
Alemanha	14.505	7,5	13.506	12.065	7,4	11,9
Bélgica	7.638	4,0	7.256	7.688	5,3	-5,6
Espanha	12.632	6,6	9.871	8.824	28,0	11,9
França	41.778	21,7	35.076	28.271	19,1	24,1
Holanda	7.870	4,1	8.615	8.694	-8,6	-0,9
Noruega	3.695	1,9	4.605	5.059	-19,8	-9,0
Inglaterra	26.377	13,7	25.646	25.229	2,9	1,7
Suécia	5.778	3,0	5.792	5.348	-0,2	8,3
Outros	9.346	4,9	7.358	6.799	27,0	8,2
TOTAL	192.490	100,0	172.221	166.994	11,8	3,1

A promoção do Parque de Campismo, no país e no estrangeiro, concretizou-se através dos canais habituais. Privilegiou-se a imprensa da especialidade, os roteiros campistas e a via eletrónica. Dado o elevado potencial do mercado britânico, mantém-se, desde há alguns anos, um protocolo com um Clube de Campismo daquele país.

A divulgação fez-se também através da distribuição de folhetos do parque em feiras realizadas em Portugal (FIL-Nauticampo), Inglaterra (Birmingham), Holanda (Utrecht e Leeuwarden) e na Alemanha (Estugarda, Munique, Nuremberga e Dusseldorf).

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.3. Contratação de Serviços de Lazer

Este ponto abrange os serviços que o SBSI proporciona aos seus associados, relacionados com férias e lazer, designadamente viagens e aluguer de apartamentos.

■ PASSEIOS TURÍSTICOS

Em 2016 foram organizados programas de viagens e passeios, tendo como destino vários locais de Portugal e do estrangeiro. Participaram 778 sócios e seus familiares nestas iniciativas.

De salientar o aumento de participantes, em relação ao ano anterior, com uma forte adesão dos reformados às iniciativas da Secção que os representa.

ÓRGÃO DA ESTRUTURA	2016 Nº	2015 Nº	2014 Nº	Variação (%)	
				16/15	15/14
Dep. Tempos Livres	335	201	244	66,7	-17,6
GRAM	166	0	25	-	-100,0
Secção S. Reformados	277	165	153	67,9	7,8
Total	778	366	422	>100	-13,3

■ ALUGUER DE APARTAMENTOS

Em 2016 foram disponibilizados 22 apartamentos, menos 5 em relação ao ano anterior. A época alta foi a mais procurada, atingindo-se elevados índices de ocupação nos meses tradicionais de férias.

APARTAMENTOS	2016		2015		2014		Variação (%)			
	Nº de Apart.	Nº de pessoas	Nº de Apart.	Nº de pessoas	Nº de Apart.	Nº de pessoas	16/15		15/14	
							Apart.	Pessoas	Apart.	Pessoas
Guadiana	3	272	5	361	5	361	-40,0	-24,7	0,0	0,0
Calema	2	232	4	425	4	345	-50,0	-45,4	0,0	23,2
Real Lota	2	152	6	418	6	407	-66,7	-63,6	0,0	2,7
Alagoa Mar I	3	272	3	240	3	245	0,0	13,3	0,0	-2,0
Alturamar	1	128	3	180	3	192	-66,7	-28,9	0,0	-6,3
Cabanas Park	3	267	2	171	1	105	50,0	56,1	100,0	62,9
Ocean Terrace	3	221	2	214	2	188	50,0	3,3	0,0	13,8
Katavento	4	300	2	127	-	-	100,0	>100	-	-
Clube Maria Luísa	1	120	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	22	1.964	27	2.136	24	1.843	-18,5	-8,1	12,5	15,9

Foram emitidos em 2016, 480 vouchers, inferior aos 549 vouchers emitidos em 2015, correspondendo a uma ocupação total de 1.964 pessoas, número inferior às 2.136 pessoas registadas em 2015. Cada apartamento hospedou, em média, cerca de 89 pessoas.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.3. Contratação de Serviços de Lazer

O Sindicato proporcionou ainda aos seus sócios e familiares, a possibilidade de usufruírem do alojamento em estabelecimentos hoteleiros, a preços reduzidos, em resultado dos acordos estabelecidos para a concessão de descontos. Os protocolos contemplavam mais de meia centena de unidades hoteleiras, variando os descontos entre 10% e 55%.

2.2.4. Colónias de Férias

Efectuou-se, em 2016 (23 de julho a 06 de agosto), uma Colónia de Férias dedicada aos filhos dos sócios do SBSI, no concelho de Penamacor, envolvendo 36 crianças e jovens dos 7 aos 17 anos, em contexto de turismo rural, servido por praias fluviais. A organização esteve a cargo da Associação Jovens Seguros do STAS – Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora.

O SBSI organizou pelo 16º ano consecutivo, num colégio tradicional situado em Inglaterra, um curso de Verão destinado aos filhos dos sócios, que teve a participação de 19 jovens com idades entre os 13 e os 17 anos. A ação decorreu entre 24 de julho e 07 de agosto e reuniu jovens de vários países, proporcionando aos participantes convívio, enriquecimento cultural e o aperfeiçoamento da língua inglesa.

2.2.5. Atividades Socioculturais

Da atividade desenvolvida em 2015, destacam-se as seguintes atividades:

- 13º Concerto de Coros Bancários de Reis, 2º Concerto de Primavera e o 24º Encontro de Coros Bancários;
- ‘Convívios com Arte’:
 - o MUDE (Museu do Design e da Moda) / Coleção Francisco Capelo;
 - o Museu Nacional de Arte Antiga / Colección Masaveu;
 - o Castelo de S. Jorge;
 - o Palácio Nacional da Vila de Sintra;
 - o Museu Nacional dos Coches;
 - o Mosteiro da Batalha (com almoço);
 - o Aqueduto das Águas Livres – Percurso Mãe de Água ao Príncipe Real;
 - o Museu Coleção Berardo / Centro Cultural de Belém;
 - o Museu da Farmácia;
 - o Museu do Traje;
 - o Museu Gulbenkian;
- Cursos de valorização artística, formação temática e formação para a juventude.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.5. Atividades Socioculturais

■ GRAM

O GRAM – Grupo de Ação de Mulheres proporcionou aos sócios, em 2016, um leque variado de iniciativas, sempre sob a temática da igualdade de género. As ações desenvolvidas não estão confinadas ao universo feminino e destinam-se a todos os associados e familiares.

As nossas atividades têm como objetivo promover o debate, a troca de ideias e experiências sobre problemáticas atuais, através de abordagens multidisciplinares que visam a consciencialização do papel da mulher no trabalho e na sociedade.

Prossequindo a aposta na descentralização, realizámos duas reuniões de Núcleos em 2016. Estiveram em debate temas sindicais e cada Núcleo fez a apreciação global do trabalho desenvolvido, perspetivando ações a desenvolver. Foi feito um balanço geral e apresentado o plano de atividades para 2017, para o qual foram dadas sugestões de atividades a realizar ao longo do ano.

Os vários núcleos regionais do GRAM desenvolvem, nas respetivas áreas, atividades que visam a promoção do convívio e partilha de experiências entre os sócios e familiares, dos quais destacamos:

- Núcleo de Ponta Delgada fez uma série de atividades e workshops dirigidos às mulheres;
- Núcleo de Castelo Branco promoveu um conjunto de iniciativas, das quais se destaca o baile de máscaras no Carnaval;
- Núcleo de Setúbal levou a cabo diversas iniciativas, entre as quais a noite de Fados e a noite de danças Sevilhanas, no Lar de Idosos em Azeitão;
- Núcleo da Horta desenvolveu várias atividades relacionadas com a mulher, proporcionado o convívio entre sócios e familiares.

O GRAM em 2016, à semelhança dos anos anteriores, desenvolveu e participou em várias iniciativas, das quais destacamos as seguintes ações:

- Encontro Anual do GRAM em Setúbal, com o tema “Liderança no Feminino”;
- Exposição dos trabalhos realizados nos Cursos de Valorização Cultural Artística, na Escola Profissional Agostinho Roseta;
- Dia Internacional da Mulher em Mafra, sob o lema “A mulher e os novos desafios”;
- Seminário sobre “Igualdade de Género na Banca”;
- Seminário sobre “Gestão do Tempo”;
- 30º aniversário do GRAM e da Comissão de Juventude, em Almourol;
- Presença no debate sobre “Liderança e Género”;
- Visita cultural a Salamanca, Madrid, Toledo e Cáceres;
- Visita cultural à Quinta da Bacalhoa;
- Visita cultural a Coimbra: Biblioteca Joanina e Sé Velha

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.5. Atividades Socioculturais

■ GRAM

- Circuito cultural aos Mercados de Natal de Barcelona;
- Laboratório “Gestão de Emoções”;
- Entrega de Prémios de Igualdade, promovido pela Comissão de Mulheres da UGT;
- Plenário da Comissão de Mulheres da UGT;
- Seminário “As desigualdades salariais entre homens e mulheres”, realizado em Setúbal;
- Cerimónia do Toque do Sino pela Igualdade de Género, na Euronext Lisbon;
- Workshop de Aquarela;
- Workshop de Nutrição.

Ao longo das duas últimas décadas o GRAM proporcionou aos sócios e seus familiares a oportunidade de frequentarem cursos de Valorização Cultural, Artística e Pessoal, lecionados na sede do Sindicato. A vasta gama de oferta de cursos tem por objetivo atingir o máximo de preferências dos nossos associados. A componente formativa é acompanhada e completada com visitas temáticas realizadas ao longo do ano. Em 2016 cumprimos a tradição.

CURSOS	2016	2015	2014	Variação (%)	
	Nº	Nº	Nº	16/15	15/14
Aquarela	9	-	-	-	-
Arraiolos	-	2	2	-100,0	0,0
Bordado de Castelo Branco	5	7	5	-28,6	40,0
Bordados tradicionais	-	4	5	-100,0	-20,0
Cerâmica artística	-	3	3	-100,0	0,0
Chi Kung	11	9	10	22,2	-10,0
Costura	-	2	3	-100,0	-33,3
Desenho	9	9	10	0,0	-10,0
Encadernação	21	22	24	-4,5	-8,3
Fotografia Digital	-	7	-	-100,0	-
Paisagem	-	6	7	-100,0	-14,3
Pintura em azulejos	10	7	9	42,9	-22,2
Pintura em porcelana	6	-	5	-	-100,0
Registos	11	9	5	22,2	80,0
Restauro em madeira	11	10	8	10,0	25,0
Restauro em louça	21	-	22	-	-100,0
Técnicas de pintura	15	24	30	-37,5	-20,0
Vitral	7	5	4	40,0	25,0
Total	136	126	152	7,9	-17,1

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.5. Atividades Socioculturais

■ COMISSÃO DE JUVENTUDE

A Comissão de Juventude (CJ) desenvolve uma atividade relevante no acompanhamento e apoio à camada mais nova de profissionais do setor, divulgando a mensagem sindical de justiça social e solidariedade e tentando, assim, combater a indiferença dos jovens.

Ao longo de 2016 mantivemos a nossa meta de duplo sentido: refletir para dentro do Sindicato a realidade dos novos bancários e, simultaneamente, dar a conhecer aos jovens a atividade do SBSI.

A Comissão continuou a trabalhar na organização de Núcleos, como forma de trazer mais jovens ao SBSI e incentivar a sua crescente participação e pro-atividade nas atividades promovidas pelo Sindicato.

Nesse sentido, foram realizadas três reuniões de Núcleos, em Castelo Branco, Ferreira do Zêzere e na sede do Sindicato, nas quais participaram cerca de 70 jovens.

A CI realizou um conjunto de ações, entre as quais destacamos:

- Encontro Anual de Juventude, no Vimeiro (Torres Vedras), com quase 70 sócios;
- 30.º Aniversário CJ (em conjunto com o GRAM), no Castelo de Almourol;
- Passagem de Ano 2016/17, juntamente com o Pelouro dos Tempos Livres;
- Dia Internacional da Criança, em Oeiras;
- Campanha de Solidariedade.

A Comissão de Juventude representou o SBSI em várias iniciativas, nomeadamente:

- Encontros de Jovens da UGT, em Albufeira e Santa Cruz;
- 1.º Maio da UGT, em Viseu;
- Formação Media Training da Comissão de Juventude da UGT.

■ OUTRAS AÇÕES

Family Run Fest e Corrida das Nações

Ao longo do ano, o SBSI organizou eventos com o objetivo de reunir as famílias em ambientes de descontração, promovendo estilos de vida saudáveis e ajudando ao reforço dos laços familiares. São disso exemplo a 3.ª edição do Family Run Fest, realizada no dia 19 de junho, no Parque dos Poetas, em Oeiras, e a Corrida das Nações, que decorreu em 8 de outubro, no Parque das Nações. Estes eventos tiveram ainda uma forte componente solidária, entregando donativos às instituições Make-A-Wish Portugal e Unicef Portugal.

Também as seções regionais realizaram um conjunto de atividades, das quais se destacam:

- Seção Regional de Castelo Branco - baile de carnaval, magusto, noite de fados;
- Seção Regional de Portimão - passeios à Costa Vicentina, a Évora, ao Fluvial de Mora, ao Palácio de São Bento, a Sintra e passeio-fotográfico à Destila do Medronho em Monchique;
- Seção Regional de Setúbal – Passeio ao Buddha Eden, cruzeiro no rio Sado e noite de fados e sevilhanas;
- Seção Regional de Tomar – exposição de artes plásticas.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.6. Atividades Desportivas

Como é tradicional, o desporto ocupou um lugar de relevo no plano de atividades do Sindicato. O futsal, o tiro, a pesca e outras modalidades ligadas ao mar, foram as que mais se destacaram. Em 2016, o SBSI organizou provas em diversas modalidades, às quais concorreram 962 atletas.

A organização das provas, de âmbito nacional, pertenceu, conjuntamente, aos três sindicatos verticais. No SBSI, essa missão coube ao Pelouro dos Tempos Livres, realçando-se a colaboração prestada pela Secção Regional de Setúbal na organização do Campeonato Interbancário de Pesca de Alto Mar (CIPAM).

MODALIDADES DESPORTIVAS	2016		2015	2014	Variação (%)	
	Nº	%	Nº	Nº	16/15	15/14
Torneio de Ténis	64	6,7	63	63	1,6	0,0
Futsal (TNIFS)	250	26,0	196	305	27,6	-35,7
Futsal (TNIFS-vet.)	151	15,7	168	178	-10,1	-5,6
Golfe	23	2,4	27	33	-14,8	-18,2
Tiro	135	14,0	125	133	8,0	-6,0
Karting	31	3,2	29	28	6,9	3,6
Xadrez	17	1,8	21	23	-19,0	-8,7
Pesca de mar	51	5,3	58	62	-12,1	-6,5
Pesca de rio	76	7,9	73	81	4,1	-9,9
Pesca de alto mar	24	2,5	43	0	-44,2	-
Bow ling	35	3,6	63	74	-44,4	-14,9
Snooker	24	2,5	45	47	-46,7	-4,3
King	22	2,3	32	32	-31,3	0,0
Squash	0	0,0	0	13	-	-100,0
Surfcasting	59	6,1	67	57	-11,9	17,5
TOTAL	962	100,0	1.010	1.129	-4,8	-10,5

O futsal continuou a ser a modalidade com maior participação, representando 41,7% do total.

Para além das provas representadas no quadro, realizaram-se outras iniciativas de âmbito mais restrito:

- Futebol, yoga, squash e jogos de sala, na Secção Regional Castelo Branco;
- Jogos de sala e convívios piscatórios, na Secção Regional do Funchal;
- Jogos de sala e futsal na Secção Regional da Horta;
- Jogos de sala, futsal e convívios piscatórios na Secção Regional de Ponta Delgada;
- Jogos de sala ,convívio piscatório, tiro aos pratos, na Secção Regional de Portalegre;
- Convívios piscatórios, na Secção Regional de Santarém;
- Jogos de sala na Secção Regional de Setúbal;
- Jogos de sala e convívios piscatórios, na Secção Regional de Tomar.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.3. APOIO JURÍDICO

Durante o ano de 2016, os Serviços Jurídicos continuaram a prestar assistência jurídica e judiciária aos associados e, também, à Direção do Sindicato e demais órgãos sociais.

APOIO JURÍDICO	2016	2015	2014	Variação (%)	
	Nº	Nº	Nº	16/15	15/14
CONTENCIOSO	847	721	774	17,5	-6,8
Entrevistas concedidas a sócios	805	685	738	17,5	-7,2
Respostas a notas de culpa	42	36	36	16,7	0,0
PRÉ-CONTENCIOSO	3.300	3.300	4.000	0,0	-17,5
Pessoais ⁽¹⁾	800	800	1.500	0,0	-46,7
Telefónicas ⁽¹⁾	2.500	2.500	2.500	0,0	0,0
INFORMAÇÕES ESCRITAS	934	828	838	12,8	-1,2
Sócios e Instituições	87	68	90	27,9	-24,4
Informações por mail/fax	847	760	748	11,4	1,6
PROCESSOS DISCIPLINARES	42	36	36	16,7	0,0
PROCESSOS EM TRIBUNAL	100	103	36	-2,9	>100

⁽¹⁾ Valores estimados

Continuaram a ser acompanhadas as ações judiciais, intentadas em anos transatos, relacionadas com o afastamento do ACT no ex-IFADAP, bem como a integração desses trabalhadores no Regime Geral da Segurança Social.

De salientar que foram colocadas aos Serviços Jurídicos questões de elevada complexidade, nomeadamente relacionadas com as reestruturações ocorridas nos bancos e as suas consequências nas relações laborais, nomeadamente:

- Reformas antecipadas,
- Rescisões por mútuo acordo;
- Despedimentos coletivos (com o respetivo acompanhamento dos associados envolvidos);
- Questões relacionadas com a entrada em vigor do novo ACT do Setor Bancário.

Tem sido prestada assistência jurídica também ao SAMS e à USP, nas diversas questões que se colocam nas áreas das suas atribuições, algumas requerendo elevado grau de especialização (aqui se incluem contratos, nomeadamente relativos às instalações e equipamentos do Sindicato). Inclui-se, também, o patrocínio judicial em questões relacionadas com os serviços de saúde prestados e ações intentadas por trabalhadores contra o SBSI, bem como a instrução de processos disciplinares contra trabalhadores do Sindicato, impugnação administrativa e judicial de contra ordenações (com especial destaque para a impugnação de coimas aplicadas pela Autoridade para as Condições do Trabalho ao Sindicato) e elaboração de respostas a pedidos de penhoras de créditos (penhoras recebidas de agentes de execução e de tribunais).

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.3. APOIO JURÍDICO

A assistência jurídica aos associados foi, como é norma, prestada através de contactos individuais com os advogados:

- Consultas presenciais, por escrito, pelo telefone e por email;
- Elaboração de respostas a notas de culpa;
- Consulta de processos individuais e disciplinares;
- Acompanhamento de diligências probatórias;
- Reuniões com bancos e advogados;
- Reuniões coletivas com grupos de associados, quando necessário.

O número e a relevância das consultas aos associados, que, no geral, sempre têm expressado a sua satisfação pela intervenção dos Serviços Jurídicos, continuou no mesmo ritmo de procura, sendo de realçar a complexidade crescente das questões em face das aludidas reestruturações e suas consequências, também, ao nível da segurança social dos trabalhadores bancários (fundos de pensões) e compatibilização entre os regimes de Segurança Social.

A assistência em processos judiciais incluiu a elaboração de todas as peças processuais, reuniões com o associado e deslocações ao tribunal para as necessárias diligências.

De referir, também, que a pedido do SBSI os Serviços Jurídicos emitiram vários pareceres relativamente às diversas áreas de atuação do Sindicato, bem como relativamente à sua própria organização e funcionamento, assumindo a sua defesa nas questões colocadas nessas áreas.

De assinalar ainda o acompanhamento de elementos da Direção a reuniões com as diversas instituições e com trabalhadores.

Por último, destaca-se a redação periódica de artigos para o “O Bancário” e para a revista da FEBASE, quer na rubrica Questões Jurídicas, quer em outras.

Podemos, portanto, afirmar, uma vez mais, que, sem prejuízo do continuado aperfeiçoamento, sempre desejável, a verdade é que os Serviços Jurídicos cumpriram no desempenho das suas tarefas, cumprimento esse claramente espelhado nas estatísticas constantes deste relatório.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.4. FORMAÇÃO

O SBSI, na esteira do que vem acontecendo ao longo dos últimos anos, continuou a proporcionar aos seus associados no ativo a frequência, gratuita, de diversas ações de formação, envolvendo temáticas técnicas e comportamentais.

No entanto, 2016 revelou-se um ano atípico neste domínio.

Efetivamente, a realização dos cursos de formação concentrou-se no primeiro semestre do ano o que, naturalmente, conduziu a que o número de ações e, conseqüentemente, o número de formandos fosse mais reduzido quando comparado com exercícios anteriores.

Sendo certo que todos os anos se constata um interregno de cerca de três meses (julho/agosto/setembro), período de maior concentração do gozo de férias dos associados, no último trimestre também não foi possível concretizar ações.

Tal impossibilidade resultou não só do impedimento temporário de um dos formadores como, também, da nossa necessidade de equacionar a alteração do atual modelo formativo, isto é, contratualizar externamente as ações de formação.

A este propósito, refira-se que tentámos estabelecer um protocolo com o Instituto de Formação Bancária mas, face aos valores apresentados pela instituição formativa, mostrou-se impossível concretizar esse objetivo.

Mesmo assim, e tendo como pano de fundo as condicionantes enunciadas, realizaram-se 13 ações de formação, tendo-se registado a presença de cerca de 200 participantes. As ações decorreram em Lisboa, Castelo Branco, Torres Vedras e Faro.

IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	AÇÕES					FORMANDOS				
	2016	2015	2014	16/15	15/14	2016	2015	2014	16/15	15/14
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	13	21	25	-38,1	-16,0	198	370	449	-46,5	-17,6
Compliance	-	-	1	-	-100,0	-	-	24	-	-100,0
Sociedades Offshore	-	-	2	-	-100,0	-	-	29	-	-100,0
Lingua Espanhola	-	-	1	-	-100,0	-	-	15	-	-100,0
Liderar e Motivar equipas	2	2	3	0,0	-33,3	28	38	45	-26,3	-15,6
Recuperação de Crédito	1	2	7	-50,0	-71,4	15	30	126	-50,0	-76,2
Operações e Direito Bancário	-	2	3	-100,0	-33,3	-	37	58	-100,0	-36,2
Coaching Gest.Equipas e Activ. Comercial	-	5	2	-100,0	>100	-	98	39	-100,0	>100
Mercados e Prod.Financeiros (Módulo I)	1	3	2	-66,7	50,0	15	54	38	-72,2	42,1
Negociação e Gestão de Conflitos	3	2	1	50,0	100,0	46	28	23	64,3	21,7
Gestão do Tempo e do Stress	1	5	1	-80,0	>100	19	85	19	-77,6	>100
Técnicas de Apresentação	-	-	2	-	-100,0	-	-	33	-	-100,0
Branqueamento de Capitais	2	-	-	-	-	26	-	-	-	-
Introdução ao Marketing	1	-	-	-	-	16	-	-	-	-
Comunicação Eficaz	2	-	-	-	-	33	-	-	-	-

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.5. LUTUOSA

A lutuosa do SBSI tem como objecto a concessão de subsídios de luto, pelo falecimento dos associados, no ano da sua morte, ou no seguinte, quando o número de óbitos, nesse ano, exceder o número de chamadas de capital estabelecido, à pessoa por eles designada, ou aos herdeiros na falta de qualquer indicação.

Em 2016 foram atribuídos subsídios no montante global de 664 mil euros, aos respectivos beneficiários, correspondendo esse valor à média de 6,1 mil euros, por óbito.

MESES	SUBSÍDIO (em euros)						Contrib. por sócio	
	Valor Global	Valor Unitário			Variação (%)		2016	
	2016	2016	2015	2014	16/15	15/14	Total	Óbito
Janeiro	56.216	6.246	6.475	6.721	-3,5	-3,7	10,35	1,15
Fevereiro	56.040	6.227	6.453	6.695	-3,5	-3,6	10,32	1,15
Março	55.874	6.208	6.424	6.669	-3,4	-3,7	10,29	1,14
Abril	55.688	6.188	6.399	6.650	-3,3	-3,8	10,25	1,14
Mai	55.512	6.168	6.384	6.629	-3,4	-3,7	10,22	1,14
Junho	55.375	6.153	6.363	6.614	-3,3	-3,8	10,19	1,13
Julho	55.211	6.135	6.345	6.596	-3,3	-3,8	10,16	1,13
Agosto	55.122	6.125	6.325	6.576	-3,2	-3,8	10,15	1,13
Setembro	54.863	6.096	6.307	6.561	-3,3	-3,9	10,10	1,12
Outubro	54.703	6.078	6.298	6.552	-3,5	-3,9	10,07	1,12
Novembro	54.624	6.069	6.279	6.525	-3,3	-3,8	10,06	1,12
Dezembro	54.469	6.052	6.269	6.501	-3,5	-3,6	10,03	1,11
TOTAL / MÉDIA	663.698	6.145	6.360	6.607	-3,4	-3,7	122,19	13,58

Cada sócio da lutuosa contribuiu, em 2016, para as chamadas de capital, com um valor acumulado de 126 euros, equivalente a 1,17 euros por óbito.

DESCRIÇÃO	2016	2015	2014	Variação (%)	
	Nº	Nº	Nº	16/15	15/14
Óbitos	159	156	159	1,9	-1,9
Óbitos com processamento	108	108	108	0,0	0,0
Inscrições	0	0	0	-	-
Sócios eliminados	14	23	21	-39,1	9,5
Inscrições acumuladas	9.891	9.891	9.891	0,0	0,0
Sócios com inscrição activa	5.273	5.446	5.625	-3,2	-3,2

Registaram-se 159 óbitos e 14 cancelamentos de sócios. Entraram em processo 108 óbitos. No mesmo período não se verificaram novas inscrições. No final do ano, existiam 5.273 sócios com inscrição activa, ou seja, menos 3,2% do que no ano anterior.

3. ORGANIZAÇÃO E RECURSOS

- 3.1. Gestão
- 3.2. Recursos Humanos
 - 3.2.1. Por tipo de pessoal
 - 3.2.2. Por Empresa
 - 3.2.3. Outros indicadores
- 3.3. Instalações

ORGANIZAÇÃO E RECURSOS

3.1. GESTÃO

■ Composição da Direção

Presidente

Rui Fernando da Cunha Mendes Riso

Vice-Presidente

João Nunes de Carvalho

Secretário

Paulo de Amaral Alexandre

Tesoureiro

José Maria Pastor de Oliveira

Vogais

António José Real da Fonseca

Rui Manuel Ribeiro dos Santos Alves

Cristina Alexandra Pereira Trony

Humberto Miguel Lopes da Cruz de Jesus Cabral

Fernando Horácio de Jesus Oliveira

António Manuel Tavares Ramos

Carlos Daniel da Paz Castanheira Bispo

Ângela Cardoso Ruivo Nunes Filipe

Rute Cláudia Marques Jesus Almeida

■ Organização dos Pelouros

Relações Internacionais / CPLP	Rui Riso / João Carvalho
Revista "O Bancário"	Rui Riso (Diretor); João Carvalho (Diretor-adjunto); Rui Riso; João Carvalho; António Fonseca; Rui Santos Alves (Conselho Editorial)
Contratação	Paulo Alexandre (Coordenador); João Ferreira; Humberto Cabral; Ângela Filipe; Carlos Bispo
Assuntos Jurídicos	Rui Riso (Coordenador); Paulo Alexandre
Estrutura de Representação Colectiva	João Carvalho (Coordenador); José Carlos Pires
UGT, Comissão Hig. e Segurança, Cons.Europeus Empresa e outras organizações de trabalhadores	Paula Viseu; Ângela Filipe; Cristina Trony
Sindicalização	Humberto Cabral (Coordenador); Rui Mouzinho; Carlos Bispo; Ângela Filipe; Rute Almeida; João Ferreira
Informação	António Fonseca (Coordenador); Rui Santos Alves
Formação	Rui Santos Alves (Coordenador); Rute Almeida
Tempos Livres	António Ramos; João Carvalho
GRAM - Grupo de Ação de Mulheres	Cristina Trony (Coordenadora); Teresa Lourenço; Teresa Pereira
Comissão da Juventude	Ângela Filipe (Coordenadora); Luís Roque; Ana Mendes

ORGANIZAÇÃO E RECURSOS

3.2. RECURSOS HUMANOS

3.2.1. Por tipo de pessoal

No final de 2016, os serviços da Atividade Sindical empregavam 85 trabalhadores, menos um do que no ano anterior.

NATUREZA DAS FUNÇÕES	2016		2015 Nº	2014 Nº	Variação (%)	
	Nº	(%)			16/15	15/14
Enquadramento	6	7,1	6	6	0,0	0,0
Específicas	4	4,7	4	4	0,0	0,0
Administrativas	34	40,0	34	32	0,0	6,3
Auxiliares	41	48,2	42	47	-2,4	-10,6
TOTAL	85	100,0	86	89	-1,2	-3,4

As funções auxiliares correspondem a 48,2% do quadro de pessoal, seguindo-se as funções administrativas, com 40%. O pessoal que desempenha funções específicas representa cerca de 4,7% do total.

3.2.2. Por empresa

Do conjunto de todas as empresas, consideradas individualmente, a Sede concentrava o maior número de trabalhadores, ou seja, 30,6% do total.

EMPRESAS E SERVIÇOS	2016		2015 Nº	2014 Nº	Variação (%)	
	Nº	(%)			16/15	15/14
SEDE	26	30,6	26	26	0,0	0,0
Serviços Ação Sindical	12	14,1	12	12	0,0	0,0
Serviços Jurídicos	3	3,5	3	3	0,0	0,0
Serviços C.S.R.T.Livres	11	12,9	11	11	0,0	0,0
SECÇÕES REGIONAIS	30	35,3	30	32	0,0	-6,3
CENTRO DE FÉRIAS	10	11,8	10	11	0,0	-9,1
PARQUE DE CAMPISMO	19	22,4	20	20	-5,0	0,0
TOTAL	85	100,0	86	89	-1,2	-3,4

O Parque de Campismo registou no final de 2016, 19 funcionários, menos 1 do que no ano anterior.

A Sede, as Secções Regionais e o Centro de Férias mantiveram o mesmo número de trabalhadores.

ORGANIZAÇÃO E RECURSOS

3.2. RECURSOS HUMANOS

O quadro seguinte mostra a divisão do pessoal por categorias profissionais, empresas e serviços, no final de 2016.

EMPRESAS E SERVIÇOS	NATUREZA DA FUNÇÃO			TOTAL
	Admin.	Auxiliares	Técnicos	
SEDE	15	6	5	26
Serviços Ação Sindical	7	3	2	12
Serviços Jurídicos	0	0	3	3
Serviços C.S.R.T.Livres	8	3	0	11
SECÇÕES REGIONAIS	19	11	0	30
CENTRO DE FÉRIAS	1	9	0	10
PARQUE DE CAMPISMO	4	15	0	19
TOTAL	39	41	5	85

No Centro de Férias e Formação e no Parque de Campismo e Caravanismo, a maior parte do pessoal exercia funções auxiliares (90% e 78,9%, respectivamente). Nestas empresas, o pessoal administrativo tinha pouca expressão (5 trabalhadores, no total). As Secções Regionais apresentavam uma distribuição mais equilibrada entre categorias de natureza administrativa e auxiliar. Na Sede, prevaleciam as categorias profissionais de natureza administrativa, estando aqui concentrados todos os técnicos (5, no total).

3.2.3. Outros indicadores

O emprego na Atividade Sindical no final de 2016 tinha as seguintes características:

- 95,3% dos trabalhadores eram efectivos;
- O trabalho a tempo completo representava 81,0% dos casos ;
- O género feminino correspondia a 61,2% do total;
- O ACT do setor bancário era o IRCT mais aplicado (51,8%).

INDICADORES	2016	2015	2014
	Total	Total	Total
Efetivos (%)	95,3	94,2	94,4
A Tempo completo (%)	81,0	81,0	82,0
Género (%)			
Homens	38,8	39,5	38,2
Mulheres	61,2	60,5	61,8
Média (anos)			
Idade	52,3	51,2	50,7
Antiguidade	25,5	24,2	23,4
Movimentação (Nº)			
Entradas	13	1	14
Saídas	14	4	13
IRCT aplicável (Nº)			
ACT Setor bancário	44	44	47
Normas Reguladoras/CIT	26	27	26
AE SBSI / FETESE	15	15	16

Em relação ao ano anterior, a estrutura não sofreu alteração sensível. Registamos, apenas, que a média de idades aumentou ligeiramente, situando-se, no final de 2016, em 52,3 anos.

ORGANIZAÇÃO E RECURSOS

3.3. INSTALAÇÕES

Para a realização dos seus objetivos, a Atividade Sindical utilizou as seguintes instalações, na maioria dos casos propriedade do SBSI:



SBSI - Atividade Sindical

Rua de S. José, 131 - 1169-046 LISBOA



Centro de Férias e Formação

Casal do Zote - Beco - 2240-208 FERREIRA DO ZÊZERE



Parque de Campismo

Pinheiros de Marim - Apartado 300 - 8700-912 OLHÃO



Angra do Heroísmo, Beja, Castelo Branco, Covilhã, Évora, Faro, Funchal, Horta, Ponta Delgada, Portalegre, Portimão, Santarém, Setúbal, Tomar, Torres Vedras.

4. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

- 4.1. Enquadramento
- 4.2. Análise Económica
 - 4.2.1. Análise Global
 - 4.2.2. Análise por empresas
- 4.3. Análise Financeira

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.1. ENQUADRAMENTO

Segundo os dados preliminares do INE relativos ao 4º trimestre de 2016, no conjunto do ano, o PIB português terá crescido 1,4%, o que compara com um crescimento de 1,6% em 2015.

A informação qualitativa já disponível no início de 2017 e alguma da informação quantitativa dos últimos meses de 2016, sustenta igualmente que a aceleração recente da economia portuguesa estará a basear-se numa multiplicidade de setores e não apenas no turismo que se tem mantido como uma área da economia quase isolado em termos de indicadores económicos positivos.

A gestão do exercício teve de se confrontar com a progressiva redução do nível de sindicalização que se vem agravando a cada ano que passa, com impacto no equilíbrio económico e financeiro do SBSI.

O resultado de 2016 corresponde a um aumento, em cerca de 0,7 milhões de euros, em relação ao ano anterior, em resultado, essencialmente da diminuição dos fornecimentos e serviços externos e dos outros gastos e perdas, nos subsídios para as campanhas eleitorais, em 227 mil euros e 158 mil euros, respetivamente rúbricas fortemente influenciadas em 2015 pelo facto de ter sido um ano em que ocorreram eleições para a direção do SBSI e o XVIII Congresso. Por outro lado, o aumento da prestação de serviços em 329 mil euros permitiu um aumento dos rendimentos.

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

O ano de 2016 gerou um resultado positivo de 0,7 milhões de euros, substancialmente melhor do alcançado no ano transato, no valor de 88 mil euros negativos.

CONTAS	2016		2015 Valor	2014 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			16/15	15/14
GASTOS	8.730.284	100,0	9.312.914	9.205.753	-6,3	1,2
61 Custo Merc. Vendidas e Mat. C.	29.842	0,3	31.733	31.763	-6,0	-0,1
62 Fornecimentos e Serviços Ext.	4.468.859	51,2	4.695.656	4.502.039	-4,8	4,3
63 Gastos com o Pessoal	2.781.189	31,9	2.880.524	2.909.041	-3,4	-1,0
64 Gastos de Deprec. e Amort.	455.776	5,2	493.947	491.775	-7,7	0,4
65 Perdas por Imparidade	1.184	0,0	80.392	0	-98,5	-
67 Provisões do Período	196.063	2,2	196.538	233.483	-0,2	-15,8
68 Outros Gastos e Perdas	744.594	8,5	909.540	993.512	-18,1	-8,5
69 Gastos e Perdas de Financ.	52.777	0,6	24.585	44.141	>100	-44,3
RENDIMENTOS	9.367.522	100,0	9.224.901	9.564.124	1,5	-3,5
72 Prestações de Serviços	2.314.799	24,7	1.986.136	1.796.890	16,5	10,5
Quotiz./Contrib./Subs. Explor.	6.637.916	70,9	6.814.562	7.185.405	-2,6	-5,2
76 Reversões	3.416	0,0	15.650	0	-78,2	-
78 Outros Rendimentos e Ganhos	376.630	4,0	345.213	471.138	9,1	-26,7
79 Juros e Outros Rend. Similares	34.761	0,4	63.340	110.691	-45,1	-42,8
Resultado Antes de Imposto	637.238	-	-88.013	358.371	>100	>-100
Imposto Sobre o Rendimento	0	-	0	14.721	-	-100,0
RESULTADO DO EXERCÍCIO	637.238	-	(88.013)	343.651	>100	>-100

O aumento do resultado do exercício foi originado, fundamentalmente, pela diminuição dos gastos em 6,3%, com um aumento dos rendimentos em 1,5%.

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

■ GASTOS TOTAIS

Os gastos neste exercício, reduziram 6,3%, em relação ao período transato, tendo atingido o valor global de 8,7 milhões de euros.

(Unid: Euro)

CONTAS	2016		2015 Valor	2014 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			16/15	15/14
6 Gastos	8.730.284	100,0	9.312.914	9.205.753	-6,3	1,2
Custo Merc. Vend. Mat. Cons.	29.842	0,3	31.733	31.763	-6,0	-0,1
Fornec. e Serv. Externos	4.468.859	51,2	4.695.656	4.502.039	-4,8	4,3
Gastos com o Pessoal	2.781.189	31,9	2.880.524	2.909.041	-3,4	-1,0
Gastos de Deprec. e Amort.	455.776	5,2	493.947	491.775	-7,7	0,4
Perdas por Imparidade	1.184	0,0	80.392	0	-98,5	-
Provisões do Período	196.063	2,2	196.538	233.483	-0,2	-15,8
Outros Gastos e Perdas	744.594	8,5	909.540	993.512	-18,1	-8,5
Gastos e Perdas de Financ.	52.777	0,6	24.585	44.141	>100	-44,3

Este comportamento está relacionado essencialmente com a diminuição dos fornecimentos e serviços externos em 4,8% (- 227 mil euros).

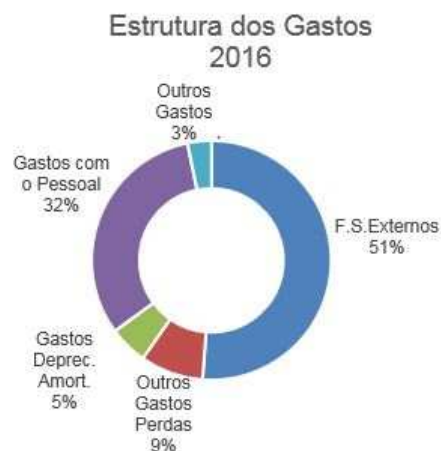
A conta de outros gastos e perdas também contribuiu para a redução dos gastos totais, com uma diminuição de 8,5% (- 167 mil euros).

Por outro lado, os gastos e perdas financeiros aumentaram em 28 mil euros.

De entre as contas com mais peso, assinala-se os gastos com o pessoal que diminuíram em 99 mil euros, face ao ano de 2015, o que a nível percentual corresponde -3,4%.

Os gastos com amortizações registou o valor de 456 mil euros, menos 7,7% do que em 2015.

De entre as contas de reduzida expressão, assinala-se as perdas por imparidade com um valor de mil euros em 2016, quando teve 80 mil euros em 2015.



SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

■ FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta rubrica representa 51% da estrutura de gastos. Relativamente ao ano passado, existiu um decréscimo de 4,8% (- 227 mil euros), com os serviços especializados a contribuir para essa redução justificado pela reclassificação realizada na imputação deste tipo de gastos.

(Unid: Euro)

CONTAS	2016		2015 Valor	2014 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			16/15	15/14
62 Fornecimento e Serviços Externos	4.468.859	100,0	4.695.656	4.502.039	-4,8	4,3
Subcontratos	2.483.494	55,6	2.357.948	2.472.423	5,3	-4,6
Serviços Especializados	659.936	14,8	814.889	573.462	-19,0	42,1
Materiais	90.932	2,0	75.044	97.952	21,2	-23,4
Energia e Fluidos	373.805	8,4	340.426	324.484	9,8	4,9
Deslocações, Estadas e Transp.	220.248	4,9	250.340	222.985	-12,0	12,3
Serviços Diversos	527.211	11,8	700.924	680.116	-24,8	3,1
Despesas Órgãos Sociais	113.234	2,5	156.083	130.616	-27,5	19,5

As variações de maior significado para o apuramento final da conta, ocorreram nos serviços diversos com menos 173 mil euros (-24,8%), e nos serviços especializados com menos 155 mil euros (-19,0%).

Contrariando a tendência do ano passado, a rubrica subcontratos registou uma variação positiva de 5,3% em 2016:

(Unid: Euro)

CONTAS	2016		2015 Valor	2014 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			16/15	15/14
6201 Subcontratos	2.483.494	100,0	2.357.948	2.472.423	5,3	-4,6
Subcontratos Gerais	525.308	21,2	556.473	513.707	-5,6	8,3
Subcontratos Informáticos	24.495	1,0	26.792	21.771	-8,6	23,1
Subcontratos Lazer	814.190	32,8	635.215	735.443	28,2	-13,6
Subcontratos PTIs	1.119.501	45,1	1.139.469	1.201.502	-1,8	-5,2

A parcela dos subcontratos PTIs tiveram uma representatividade de 45,1% no total dos subcontratos, obtendo uma variação negativa de 1,8% (- 20 mil euros).

A parcela dos subcontratos de lazer também tiveram um aumento de 28,2% (+ 179 mil euros).

Em contrapartida, houve um decréscimo nos subcontratos gerais e informáticos de 5,6% e 8,6% respetivamente.

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

■ GASTOS COM PESSOAL

Esta conta representou em 2016, 31,9% dos gastos totais. O montante despendido atingiu 2,8 milhões de euros, baixando ligeiramente, em termos absolutos, face ao período homólogo.

(Unid: Euro)

CONTAS	2016		2015 Valor	2014 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			16/15	15/14
63 Gastos com o Pessoal	2.781.189	100,0	2.880.524	2.909.041	-3,4	-1,0
Remunerac. dos Órgãos Sociais	254.427	9,1	233.660	295.624	8,9	-21,0
Remuneração do Pessoal	1.607.007	57,8	1.678.836	1.662.539	-4,3	1,0
Encargos s/ Remunerações	507.141	18,2	521.666	516.958	-2,8	0,9
Seguros	12.844	0,5	8.170	10.325	57,2	-20,9
Gastos da Ação Social	9.910	0,4	7.182	5.244	38,0	37,0
Outros Gastos	389.861	14,0	431.009	418.351	-9,5	3,0

O decréscimo verificado, nesta conta, deve-se principalmente às remunerações do pessoal que registaram menos 72 mil euros (-4,3%), resultado da:

- Saída de uma pessoa que originou uma diminuição de 27 mil euros na remuneração base;
- Diminuição do trabalho suplementar, em 33 mil euros;
- Diminuição dos prémios de antiguidade, em 14 mil euros.

O encargos sobre remunerações também tiveram um decréscimo de 15 mil euros (-2,8%).

Os gastos da ação social tiveram um acréscimo de 3 mil euros (+ 38%) relativamente a 2015.

A parcela remuneração do pessoal representa 57,8% do total dos gastos com o pessoal:

(Unid: Euro)

CONTAS	2016		2015 Valor	2014 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			16/15	15/14
6302 Remuneração do Pessoal	1.607.007	100,0	1.678.836	1.662.539	-4,3	1,0
Remuneração Base	878.841	54,7	905.928	916.928	-3,0	-1,2
Diuturnidades	119.331	7,4	121.943	121.262	-2,1	0,6
Isenção de Horário	61.489	3,8	65.971	64.667	-6,8	2,0
Subsídio de Falhas	240	0,0	2.933	2.618	-91,8	12,0
Subsídio de Refeição	145.162	9,0	151.791	154.707	-4,4	-1,9
Subsídio de Função	3.218	0,2	3.218	3.218	0,0	0,0
Trabalho Nocturno	10.541	0,7	10.911	14.064	-3,4	-22,4
Trabalho Suplementar	616	0,0	33.307	16.085	-98,2	>100
Subsídio de Férias	114.502	7,1	114.814	115.480	-0,3	-0,6
Subsídio de Natal	104.385	6,5	104.123	104.202	0,3	-0,1
Prémios de Antiguidade	7.687	0,5	21.624	5.839	-64,4	>100
Subsídio Estudo p/ filhos Trab	6.428	0,4	7.549	6.743	-14,8	12,0
Acrés. Horário Compl. Prolong.	8.134	0,5	8.134	8.761	0,0	-7,2
Acrés. Trabalho Sáb/Dom/Feriad	31.931	2,0	11.776	12.485	>100	-5,7
Mês de Férias	114.502	7,1	114.814	115.480	-0,3	-0,6

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

■ GASTOS DE DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÕES

Este conjunto contribuiu com cerca de 456 mil euros para o total dos gastos do exercício. Em relação ao período passado, verificou-se uma variação negativa de 38 mil euros (-7,7%) em termos absolutos.

(Unid: Euro)

CONTAS	2016		2015 Valor	2014 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			16/15	15/14
64 Gastos de Deprec. e Amort.	455.776	100,0	493.947	491.775	-7,7	0,4
Ativos Fixos Tangíveis	455.776	100,0	493.947	491.775	-7,7	0,4
Edifícios e Outras Construções	378.392	83,0	403.655	410.585	-6,3	-1,7
Equipamento Básico	7.469	1,6	9.279	13.421	-19,5	-30,9
Equipamento de Transporte	2.205	0,5	2.171	2.313	1,6	-6,1
Ferramentas e Utensílios	135	0,0	80	248	68,3	-67,5
Equipamento Administrativo	61.136	13,4	72.575	63.274	-15,8	14,7
Outros Ativos Fixos Tangíveis	6.437	1,4	6.187	1.934	4,0	>100

Edifícios e outras construções, com 83% do total, e equipamento administrativo, com 13,4%, foram as rubricas que concentraram maior volume de gastos, tendo esta última rubrica apresentado a maior variação em valor absoluto (+ 9 mil euros).

■ PERDAS POR IMPARIDADE

Esta conta teve um decréscimo de 98,5% em relação ao ano de 2015.

(Unid: Euro)

CONTAS	2016		2015 Valor	2014 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			16/15	15/14
65 Perdas por Imparidade	1.184	100,0	80.392	0	-98,5	-
Em Dívidas a Receber	1.184	100,0	80.392	0	-98,5	-

■ PROVISÕES DO PERÍODO

Esta conta representa no período em análise, 2,2% do total de gastos, com um valor de 196 mil euros (-0,2%).

(Unid: Euro)

CONTAS	2016		2015 Valor	2014 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			16/15	15/14
67 Provisões do Período	196.063	100,0	196.538	233.483	-0,2	-15,8
Impostos	3.605	1,8	3.820	3.861	-5,6	-1,1
Pensões	192.458	98,2	192.718	229.622	-0,1	-16,1

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

■ OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 2016 os outros gastos e perdas corresponderam a 8,5% dos totais dos gastos, com o valor de 745 mil euros. Existiu um decréscimo 165 mil euros (-18,1%), justificado pelo processo de eleições no SBSI que ocorreram no ano de 2015.

(Unid: Euro)

CONTAS	2016		2015 Valor	2014 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			16/15	15/14
68 Outros Gastos e Perdas	744.594	100,0	909.540	993.512	-18,1	-8,5
Impostos	12.748	1,7	20.183	8.226	-36,8	145,3
Dívidas Incobráveis	510	0,1	769	518	-33,7	48,5
Multas e Penalidades	0	0,0	788	433	-100,0	81,9
Gastos e Perdas em Inv. não F.	0	0,0	19.715	0	-100,0	-
Outros Gastos e Perdas	99.852	13,4	211.074	318.438	-52,7	-33,7
Quotizações	631.483	84,8	657.011	665.896	-3,9	-1,3

A rubrica mais representativa foi a das quotizações com 84,8% do total da conta de outros gastos e perdas, e que congrega as contribuições para as várias instituições nacionais e estrangeiras, onde o SBSI se encontra filiado, nomeadamente, UGT, UNI e FEBASE.

■ GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO

No exercício em análise, a conta de gastos e perdas de financiamento teve uma variação superior a 100% relativamente ao ano anterior, com o valor de 53 mil euros.

(Unid: Euro)

CONTAS	2016		2015 Valor	2014 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			16/15	15/14
69 Gastos e Perdas de Financ.	52.777	100,0	24.585	44.141	>100	-44,3
Juros Suportados	0	0,0	0	35	-	-100,0
Outros Gastos e Perdas de Fin.	52.777	100,0	24.585	44.106	>100	-44,3

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

■ RENDIMENTOS

Os rendimentos totais averbaram um crescimento homólogo de cerca de 1,5%, fechando o ano de 2016 com o valor de 9,4 milhões de euros.

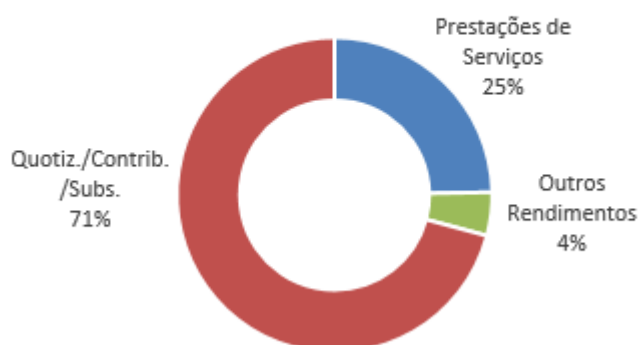
(Unid: Euro)

CONTAS	2016		2015 Valor	2014 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			16/15	15/14
7 Rendimentos	9.367.522	100,0	9.224.901	9.564.124	1,5	-3,5
Prestações de Serviços	2.314.799	24,7	1.986.136	1.796.890	16,5	10,5
Quotiz./Contrib./Subs. Explor.	6.637.916	70,9	6.814.562	7.185.405	-2,6	-5,2
Reversões	3.416	0,0	15.650	0	-78,2	-
Outros Rendimentos e Ganhos	376.630	4,0	345.213	471.138	9,1	-26,7
Juros e Outros Rend. Similares	34.761	0,4	63.340	110.691	-45,1	-42,8

De salientar que as quotizações e contribuições sindicais representam 70,9% do total desta conta.

A maior responsabilidade para o crescimento mencionado cabe às prestações de serviços, que continuam o trajeto ascendente, com mais 329 mil euros, face a 2015.

Estrutura de Rendimentos 2016



SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

■ PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Mantendo a variação do exercício anterior, o comportamento desta rubrica em 2016, foi ascendente. A evolução em relação ao período homólogo anterior, foi de 16,5%.

(Unid: Euro)

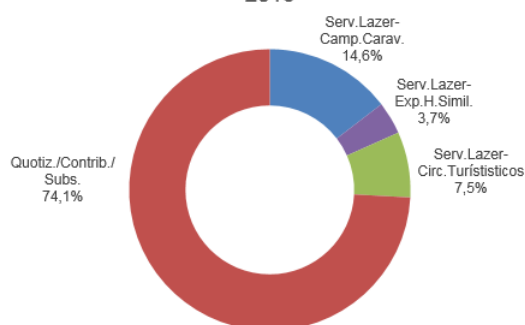
CONTAS	2016		2015 Valor	2014 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			16/15	15/14
72 Prestações de Serviços	2.314.799	100,0	1.986.136	1.796.890	16,5	10,5
Serv.Lazer-Camp.Carav.-TxReduz	1.305.848	56,4	1.224.104	708.292	6,7	72,8
Serv.Lazer-Exp.H.Simil-Tx.Redu	335.418	14,5	311.603	582.781	7,6	-46,5
Serv.Lazer-Circ.Turísticos	673.302	29,1	450.053	504.774	49,6	-10,8
Serviços Secundários-Tx.Normal	231	0,0	376	1.043	-38,6	-64,0

Destacam-se os serviços de lazer- circuitos turísticos que aumentaram 49,6% (+223 mil euros).

Os serviços de lazer – exploração hoteleira e os serviços de lazer – campismo e caravanismo também obtiveram uma variação positiva de 6,7% e 7,6% respetivamente.

De salientar que neste conjunto de contas, os serviços de lazer – campismo e caravanismo têm 56,4% do total.

Estrutura da Prestação de Serviços
2016



■ QUOTIZAÇÕES E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

As quotizações dos sócios sustentaram, quase inteiramente esta conta. Globalmente, quotizações e subsídios à exploração registaram uma variação negativa de 2,3%. Foram arrecadados 6,6 milhões de euros, neste ano, correspondentes a mais de dois terços do total das receitas.

As quotizações sindicais diminuíram aproximadamente 155 mil euros em relação ao período homólogo.

(Unid: Euro)

CONTAS	2016		2015 Valor	2014 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			16/15	15/14
7215 Quotiz./Contrib./Subs. Explor.	6.637.916	100,0	6.814.562	7.185.405	-2,6	-5,2
Quotizações Sindicais	6.601.646	99,5	6.756.791	7.115.564	-2,3	-5,0
Outras	36.270	0,5	57.771	69.841	-37,2	-17,3

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.2. Análise por Empresas

(Unid: Euro)

CONTAS	2016		2015 Valor	2014 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			16/15	15/14
GASTOS	8.730.284	100,0	9.312.914	9.205.753	-6,3	1,2
Sede	5.448.238	62,4	5.832.409	5.970.960	-6,6	-2,3
Parque Campismo	1.212.779	13,9	1.207.247	1.158.821	0,5	4,2
Centro Férias	444.810	5,1	590.042	594.446	-24,6	-0,7
Secções Regionais	1.621.392	18,6	1.676.429	1.467.444	-3,3	14,2
Lutuosa	3.065	0,0	6.788	14.082	-54,9	-51,8
RENDIMENTOS	9.367.522	100,0	9.224.901	9.564.124	1,5	-3,5
Sede	6.749.565	72,1	6.718.739	7.153.856	0,5	-6,1
Parque Campismo	1.372.531	14,7	1.257.622	1.114.508	9,1	12,8
Centro Férias	153.723	1,6	127.047	133.519	21,0	-4,8
Secções Regionais	1.085.179	11,6	1.116.669	1.158.660	-2,8	-3,6
Lutuosa	6.524	0,1	4.825	3.582	35,2	34,7
Resultado Antes de Impostos	637.238	-	-88.013	358.371	-	-
Sede	1.301.327	-	886.330	1.182.896	46,8	-25,1
Parque Campismo	159.752	-	50.375	-44.313	>100	>-100
Centro Férias	-291.086	-	-462.995	-460.928	37,1	-0,4
Secções Regionais	-536.213	-	-559.760	-308.783	4,2	81,3
Lutuosa	3.459	-	-1.963	-10.500	>100	-81,3

■ PARQUE DE CAMPISMO E CARAVANISMO

A exploração do Parque de Campismo, gerou um resultado positivo, que neste exercício se situou em cerca de 159 mil euros, com uma variação superior a 100% relativamente ao ano anterior.

(Unid: Euro)

CONTAS	2016		2015 Valor	2014 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			16/15	15/14
GASTOS	1.212.779	100,0	1.207.247	1.158.821	0,5	4,2
61 Custo Merc. Vendidas e Mat. C.	2.463	0,2	2.545	4.325	-3,2	-41,2
62 Fornecimentos e Serviços Ext.	589.145	48,6	604.020	559.315	-2,5	8,0
63 Gastos com o Pessoal	477.866	39,4	466.337	492.822	2,5	-5,4
64 Gastos de Deprec. e Amort.	82.975	6,8	73.810	72.979	12,4	1,1
67 Provisões do Período	41.861	3,5	41.748	15.999	0,3	>100
68 Outros Gastos e Perdas	10.122	0,8	7.208	1.415	40,4	>100
69 Gastos e Perdas de Financ.	8.348	0,7	11.579	11.966	-27,9	-3,2
RENDIMENTOS	1.372.531	100,0	1.257.622	1.114.508	9,1	12,8
72 Prestações de Serviços	1.305.848	95,1	1.224.104	974.773	6,7	25,6
78 Outros Rendimentos e Ganhos	66.517	4,8	33.263	139.368	100,0	-76,1
79 Juros e Outros Rend. Similares	166	0,0	254	367	-34,9	-30,7
Resultado Antes de Imposto	159.752	-	50.375	(44.313)	>100	>100
Imposto Sobre o Rendimento	0	-	0	0	-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	159.752	-	50.375	(44.313)	>100	>100

Das contas de 2016 do Parque de Campismo e Caravanismo, destaca-se, entretanto, o aumento de 9,1% nos rendimentos globais.

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.2. Análise por Empresas

■ CENTRO DE FÉRIAS E FORMAÇÃO

O Centro de Férias e Formação teve um saldo negativo de 291 mil euros, mas em comparação com o ano de 2015, registou uma evolução positiva tanto na redução de gastos como no aumento dos rendimentos devido ao acréscimo na prestação de serviços.

(Unid: Euro)

CONTAS	2016		2015 Valor	2014 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			16/15	15/14
GASTOS	444.810	100,0	590.042	594.446	-24,6	-0,7
61 Custo Merc. Vendidas e Mat. C.	4.078	0,9	3.129	5.387	30,3	-41,9
62 Fornecimentos e Serviços Ext.	196.490	44,2	202.375	199.965	-2,9	1,2
63 Gastos com o Pessoal	188.157	42,3	182.745	194.335	3,0	-6,0
64 Gastos de Deprec. e Amort.	38.288	8,6	182.482	184.967	-79,0	-1,3
67 Provisões do Período	16.029	3,6	15.964	6.104	0,4	>100
68 Outros Gastos e Perdas	346	0,1	1.924	1.680	-82,0	14,5
69 Gastos e Perdas de Financ.	1.422	0,3	1.424	2.008	-0,2	-29,1
RENDIMENTOS	153.723	100,0	127.047	133.519	21,0	-4,8
72 Prestações de Serviços	138.758	90,3	115.106	122.944	20,5	-6,4
78 Outros Rendimentos e Ganhos	14.966	9,7	11.941	10.575	25,3	12,9
Resultado Antes de Imposto	(291.086)	-	(462.995)	(460.928)	37,1	-0,4
Imposto Sobre o Rendimento	0	-	0	0	-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(291.086)	-	(462.995)	(460.928)	37,1	-0,4

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.3. ANÁLISE FINANCEIRA

Comparativamente ao exercício anterior, o património do Sindicato, refletido no Balanço, avaliado em cerca de 24,7 milhões de euros, cresceu 6,2%.

(Unid: Euro)

CONTAS	2016		2015 Valor	2014 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			16/15	15/14
ATIVO	24.671.467	100,0	23.240.776	23.074.856	6,2	0,7
Ativo Não Corrente	8.241.959	33,4	8.591.748	8.976.922	-4,1	-4,3
Ativo Corrente	16.429.508	66,6	14.649.028	14.097.934	12,2	3,9
Ativos detidos para venda	2.003.152	8,1	2.003.152	2.003.152	0,0	0,0
Contas a receber	8.064.199	32,7	8.108.304	5.100.962	-0,5	59,0
Diferimentos	131.124	0,5	8.479	0	>100	-
Caixa e depósitos bancários	6.231.033	25,3	4.529.093	6.993.820	37,6	-35,2

No final do exercício, o ativo não corrente e o ativo corrente apresentavam 33,4% e 66,6%, respetivamente.

As contas a receber e as disponibilidades em caixa e depósitos bancários repartiram, entre si, cerca de 57,9% do ativo. O montante das contas a receber incluía uma soma elevada de débitos relativos às organizações pertencentes à esfera do SBSI. A conta estado e outros entes públicos também preenchia uma quota considerável desse total, contribuindo para tal posição os pedidos de reembolso do IVA.

As disponibilidades, com uma representação maioritária de depósitos em bancos, aumentaram 37,6% em relação ao período passado.

O capital próprio e o passivo tinham a seguinte composição, no final do exercício:

(Unid: Euro)

CONTAS	2016		2015 Valor	2014 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			16/15	15/14
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	24.671.467	100,0	23.240.776	23.074.856	6,2	0,7
CAPITAL PRÓPRIO	21.634.507	87,7	20.997.269	21.085.282	3,0	-0,4
Reservas	19.586.507	90,5	19.674.520	19.537.060	-0,4	0,7
Resultados transitados	1.410.762	6,5	1.410.762	1.204.571	0,0	17,1
Resultado Líquido	637.238	2,9	-88.013	343.651	>100	>-100
PASSIVO	3.036.960	12,3	2.243.507	1.989.574	35,4	12,8
Passivo Não Corrente	613.642	2,5	616.905	620.702	-0,5	-0,6
Provisões	613.642	2,5	616.905	620.702	-0,5	-0,6
Passivo Corrente	2.423.318	9,8	1.626.602	1.368.872	49,0	18,8
Contas a pagar	2.423.318	9,8	1.626.602	1.368.872	49,0	18,8

Em termos homólogos, o capital próprio e o passivo cresceram 3,0% e 35,4%, respetivamente.

Os resultados transitados e o resultado líquido evoluíram no sentido ascendente, tendo contribuído para o aumento do montante do capital próprio.

As contas a pagar, que traduzem o comportamento dos créditos relativos às outras organizações do SBSI, aumentaram 49% relativamente a 2015.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(valores expressos em Euros)

Balanços

Demonstrações dos Resultados por Naturezas

Demonstrações de Fluxos de Caixa

Demonstrações de Alterações nos Fundos Patrimoniais

Anexo às Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	2016	2015
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	8.240.805	8.591.040
Participações financeiras - outros ativos financeiros	6	1.154	708
Total do ativo não corrente		<u>8.241.959</u>	<u>8.591.748</u>
ATIVO CORRENTE:			
Ativos não correntes detidos para venda	7	2.003.152	2.003.152
Associados e outros	8	31.402	18.948
Estados e outros entes públicos	9	296.710	288.915
Outros ativos correntes	10	7.736.087	7.800.441
Diferimentos		131.124	8.479
Caixa e depósitos bancários	4	6.231.033	4.529.093
Total do ativo corrente		<u>16.429.508</u>	<u>14.649.028</u>
Total do ativo		<u><u>24.671.467</u></u>	<u><u>23.240.776</u></u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Reservas estatutárias	11	19.586.507	19.674.520
Resultados transitados	11	1.410.762	1.410.762
		<u>20.997.269</u>	<u>21.085.282</u>
Resultado líquido do período		637.238	(88.013)
Total dos fundos patrimoniais		<u>21.634.507</u>	<u>20.997.269</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	12	613.642	616.905
Total do passivo não corrente		<u>613.642</u>	<u>616.905</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	13	260.785	267.974
Adiantamentos de clientes	14	1.200.000	29.862
Estado e outros entes públicos	9	110.124	103.435
Outros passivos correntes	15	852.409	1.225.331
Total do passivo corrente		<u>2.423.318</u>	<u>1.626.602</u>
Total do passivo		<u>3.036.960</u>	<u>2.243.507</u>
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		<u><u>24.671.467</u></u>	<u><u>23.240.776</u></u>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2016.

A Direção do SBSI

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**
(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2016	2015
Vendas e serviços prestados	16	8.952.715	8.800.698
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	17	(29.842)	(31.733)
Fornecimentos e serviços externos	18	(4.468.859)	(4.695.656)
Gastos com o pessoal	19	(2.781.189)	(2.880.524)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	12	(1.184)	(80.392)
Provisões (aumentos / reduções)	12	(192.647)	(180.888)
Outros rendimentos	20	376.630	345.213
Outros gastos	21	(744.594)	(909.540)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		<u>1.111.030</u>	<u>367.178</u>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5	(455.776)	(493.947)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>655.254</u>	<u>(126.769)</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	22	34.761	63.340
Juros e gastos similares suportados	23	(52.777)	(24.584)
Resultado líquido do período		<u><u>637.238</u></u>	<u><u>(88.013)</u></u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2016.

A Direção do SBSI

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em euros)

Descrição	2016	2015
Atividades Operacionais		
Recebimentos de Serviços Prestados	8.919.945	8.883.945
Pagamentos a Fornecedores	(4.542.773)	(4.416.105)
Pagamentos ao Pessoal	(3.375.190)	(2.891.169)
Fluxo gerado pelas operações	1.001.982	1.576.671
Outros Pagamentos / Recebimentos Rel. At. Operacionais	(381.605)	(443.176)
Fluxo de Atividades Operacionais [1]	620.377	1.133.495
Atividades de Investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Ativos Fixos Tangíveis	1.201.115	101.634
Juros e Rendimentos Similares	33.656	61.680
<i>Sub-total - Recebimentos</i>	<i>1.234.771</i>	<i>163.314</i>
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos Fixos Tangíveis	(134.814)	(236.744)
Fundos Compensação Trabalho	(446)	(472)
<i>Sub-total - Pagamentos</i>	<i>(135.260)</i>	<i>(237.216)</i>
Fluxo de Atividades de Investimento [2]	1.099.511	(73.902)
Atividades de Financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Operações de Financiamento	0	(3.500.000)
Juros e Gastos Similares	(17.948)	(24.320)
<i>Sub-total - Pagamentos</i>	<i>(17.948)</i>	<i>(3.524.320)</i>
Fluxo de Atividades de Financiamento [3]	(17.948)	(3.524.320)
Variações de caixa e seus equivalentes [4]	1.701.940	(2.464.727)
Caixa e seus equivalentes - Início do período	4.529.093	6.993.820
Caixa e seus equivalentes - Fim do período	6.231.033	4.529.093

O anexo faz parte integrante da demonstração de fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2016.

A Direção do SBSI

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	Notas	Reservas estatutárias	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição no início do exercício de 2015		19.537.060	1.204.572	973.916	21.085.282
Aplicação de resultados		34.365	206.190	(240.555)	-
Fundo de Greve e de Solidariedade		103.095		(103.095)	-
Resultado líquido do exercício de 2015		-	-	(88.013)	(88.013)
Posição no fim do exercício de 2015		<u>19.674.520</u>	<u>1.410.762</u>	<u>542.253</u>	<u>20.997.269</u>
Aplicação de resultados	2	(88.013)	-	88.013	-
Resultado líquido do exercício de 2016		-	-	637.238	637.238
Posição no fim do exercício de 2016		<u>19.586.507</u>	<u>1.410.762</u>	<u>1.267.504</u>	<u>21.634.507</u>

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações de alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2016.

A Direção do SBSI

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (adiante igualmente designado por “SBSI”) é o principal sindicato português e foi criado em 30 de Julho de 1975, com a entrada em vigor dos novos estatutos do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa.

A sua atividade abrange todos os trabalhadores de instituições financeiras, que exerçam a sua atividade nos distritos de Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal, bem como nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira.

O SBSI está filiado na União Geral de Trabalhadores e na UNI - Federação Sindical Internacional da área dos serviços.

Para além das suas atividades no campo das relações laborais, nomeadamente na contratação coletiva de trabalho, o SBSI gere os Serviços de Assistência Médico - Social (adiante igualmente designado por “SAMS do SBSI”), principal organização privada de saúde portuguesa.

Na área da ocupação dos tempos livres, o SBSI dispõe de um Centro de Férias e Formação, em Ferreira do Zêzere, e de um Parque de Campismo, em Olhão.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal vertidas no Decreto – Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que aprova o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (“SNC – ESNL”), incluindo a norma contabilística e de relato financeiro prevista no Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho e dos modelos de demonstrações financeiras e plano de contas, definidos nas portaria n.º 218/2015 de 23 de julho. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado, genericamente, por “NCRF – ESNL”.

O SNC – ESNL são parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”) atualizado pelo referido Decreto – Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho, incluindo a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (“NCRF”) e normas interpretativas (“NI”) consignadas, respetivamente, nos avisos n.º 8254/2015, n.º 8256/2015 e n.º 8258/2015, de 29 de julho.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidas de acordo com as NCRF – ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis correspondem, essencialmente, a direitos de propriedade industrial e encontra-se registado ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas linearmente, por quotas constantes, durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

c) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzidos de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	2 a 12
Equipamento de transporte	5 a 7
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	6 a 12
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

d) Participações financeiras – outros ativos financeiros

Instituído pela Lei 70/2013 de 30 de agosto, o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo de capitalização individual destinado ao pagamento parcial (até 50%) da compensação por cessação do contrato de trabalho dos trabalhadores. O FCT é gerido pelo Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP e financiado pelas entidades empregadoras através de entregas correspondentes a 0,925% da retribuição base e diuturnidades por cada trabalhador abrangido, a partir de 1 de outubro de 2013.

Estas verbas encontram-se registadas na rubrica de “Outros Ativos Financeiros – Fundos de Compensação do Trabalho”, tendo sido efetuada no exercício de 2016 a dotação correspondente a 446 Euros (472 Euros em 2015).

e) Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a venda.

O método de custeio dos inventários adotado pelo SBSI consiste no custo médio ponderado.

f) Ativos não correntes detidos para venda

O SBSI classifica um ativo como não corrente detido para venda se for expectável que a entidade venha a recuperar o investimento através da venda e não do seu uso continuado, e que a venda venha a ocorrer no curto prazo.

Os ativos não correntes detidos para venda são mensurados pelo menor valor entre:

- Quantia escriturada;
- Justo valor menos os custos associados à venda.

O ativo após ter sido transferido para esta categoria não é sujeito a amortizações, sendo efetuada regularmente uma análise de imparidade.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

g) Capitais próprios – reservas estatutárias

Os capitais próprios englobam as Reservas Estatutárias, que correspondem aos fundos especiais previstos nos estatutos do SBSI. Desta forma, os resultados transitados, as reservas e o resultado líquido do exercício, sendo ambos repartidos por dois regimes, de acordo com as seguintes características:

- Fundo Sindical - destinado à cobertura de eventuais saldos negativos do exercício;
- Fundo de greve e solidariedade - a ser aplicado, exclusivamente, em auxílio a sócios cujos vencimentos tenham sido diminuídos como resultado da adesão à greve declarada ou apoiada pelos órgãos do SBSI estatutariamente competentes. Este fundo destina-se também a permitir que o SBSI preste auxílio a sócios em situações de carência;
- Fundo de auxílio económico - destinado a ser utilizado no apoio a sócios e seus familiares que se encontrem em situações previstas no respetivo regulamento;

Adicionalmente, dentro das Reservas estatutárias o SBSI regista o Fundo da Lutuosa.

h) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

i) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente corresponde ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos custos e proveitos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda custos e proveitos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

j) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

j) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis (cont.)

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade.

A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

k) Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando o SBSI tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

I) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando:

- Sejam à vista ou tenham maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem:

- Caixa e depósitos a bancários
- Associados;
- Outros ativos correntes;
- Fornecedores;
- Outras passivos correntes;
- Financiamentos obtidos.

Ativos e passivos financeiros ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração de resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são classificados na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no mesmo registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada.

A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurado ao custo).

Foi registada uma imparidade para as dívidas a receber de beneficiários e utentes, tendo em consideração a respetiva idade e o período esperado de recuperação das dívidas. Para as restantes dívidas a receber foram analisadas as diferentes situações de acordo com a perspetiva económica de recuperação da dívida.

Adicionalmente, para todas as contas a receber que se encontravam em contencioso, foram registadas imparidades pela totalidade da dívida.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Entidade reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

m) Fundo de pensões

O SBSI / SAMS assumiram a responsabilidade pelo pagamento de pensões de reforma e invalidez, bem como pensões de pré-reforma, em regime complementar ao da Segurança Social e em conformidade com os instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho outorgados pelo SBSI. Para fazer face a essa responsabilidade o SBSI dispõe de uma provisão, cujo reforço anual corresponde a uma percentagem sobre as remunerações anuais dos seus empregados (Nota 12).

n) Vendas e serviços prestados

As vendas, as prestações de serviços e as quotizações dos sócios do SBSI são registadas em proveitos nas rubricas de “Vendas de mercadorias e serviços prestados”.

As quotizações correspondem a 1% a cargo dos trabalhadores que livremente se sindicalizem junto do SBSI.

o) Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

p) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“eventos ajustáveis”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“eventos não ajustáveis”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

q) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2016 e 2015 detalha-se conforme se segue:

	2016	2015
Disponibilidades:		
Caixa	8.281	4.202
Depósitos à ordem	697.752	2.024.891
Depósitos a prazo	5.525.000	2.500.000
	6.231.033	4.529.093

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica de “Depósitos a prazo” compreende aplicações no montante global de 5.525.000 Euros com vencimentos entre 14 de janeiro e 28 de março de 2017.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2016			
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Saldo Final
Ativo Bruto				
Terrenos e outros recursos naturais	1.784.972	-	-	1.784.972
Edifícios e outras construções	15.559.290	44.126	-	15.603.416
Equipamento básico	495.638	5.194	-	500.832
Equipamento de transporte	71.218	2.477	(26.758)	46.937
Equipamento administrativo	2.624.944	34.892	(1.546)	2.658.290
Outros ativos fixos tangíveis	162.933	13.028	-	175.961
Ativos fixos tangíveis em curso	-	6.094	-	6.094
	20.698.995	105.811	(28.304)	20.776.502
Depreciações				
Terrenos e Recursos Naturais	278.864	-	-	278.864
Edifícios e outras construções	8.687.660	378.393	-	9.066.053
Equipamento básico	480.725	7.469	-	488.194
Equipamento de transporte	68.363	2.205	(26.758)	43.810
Equipamento administrativo	2.441.440	61.137	(1.276)	2.501.301
Outros ativos fixos tangíveis	150.903	6.572	-	157.475
	12.107.955	455.776	(28.034)	12.535.697
Ativo Líquido	8.591.040	(349.965)	(270)	8.240.805

No exercício de 2016, a rubrica de “Edifícios e outras construções” engloba obras realizadas essencialmente no parque de campismo de Olhão e no centro de férias de Ferreira do Zêzere.

Em “Equipamento Administrativo” encontram-se registadas aquisições no âmbito do equipamento informático, nomeadamente a instalação da rede de Wi-Fi no parque de campismo de Olhão.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

	2015				Saldo Final
	Saldo Inicial	Adições	Abates	Alienações	
Ativo Bruto					
Terrenos e outros recursos naturais	1.784.972	-	-	-	1.784.972
Edifícios e outras construções	15.481.833	77.457	-	-	15.559.290
Equipamento básico	496.940	1.536	(2.838)	-	495.638
Equipamento de transporte	71.218	-	-	-	71.218
Equipamento administrativo	2.651.792	69.718	(44.888)	(51.678)	2.624.944
Outros ativos fixos tangíveis	163.237	1.926	(2.230)	-	162.933
	<u>20.649.992</u>	<u>150.637</u>	<u>(49.956)</u>	<u>(51.678)</u>	<u>20.698.995</u>
Depreciações					
Terrenos e Recursos Naturais	278.864	-	-	-	278.864
Edifícios e outras construções	8.284.006	403.654	-	-	8.687.660
Equipamento básico	474.283	9.280	(2.838)	-	480.725
Equipamento de transporte	66.192	2.171	-	-	68.363
Equipamento administrativo	2.423.097	72.575	(44.857)	(9.375)	2.441.440
Outros ativos fixos tangíveis	146.864	6.267	(2.228)	-	150.903
	<u>11.673.306</u>	<u>493.947</u>	<u>(49.923)</u>	<u>(9.375)</u>	<u>12.107.955</u>
Ativo Líquido	<u>8.976.686</u>	<u>(343.310)</u>	<u>(33)</u>	<u>(42.303)</u>	<u>8.591.040</u>

No exercício de 2015, a rubrica de “Edifícios e outras construções” engloba obras realizadas no edifício da sede, no parque de campismo de Olhão e no centro de férias de Ferreira do Zêzere.

Em “Equipamento Administrativo” encontram-se registadas aquisições no âmbito do equipamento informático.

6. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Instituído pela Lei 70/2013 de 30 de agosto, o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo de capitalização individual destinado ao pagamento parcial (até 50%) da compensação por cessação do contrato de trabalho dos trabalhadores. O FCT é gerido pelo Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP e financiado pelas entidades empregadoras através de entregas correspondentes a 0,925% da retribuição base e diuturnidades por cada trabalhador abrangido, a partir de 1 de outubro de 2013. Estas verbas encontram-se registadas na rubrica de “Outros Ativos Financeiros – Fundos de Compensação do Trabalho”.

	Saldo em 31-12-2014	Dotação	Saldo em 31-12-2015	Dotação	Saldo em 31-12-2016
Outros Ativos Financeiros - Fd. Compensação Trabalho	236	472	708	446	1.154
	<u>236</u>	<u>472</u>	<u>708</u>	<u>446</u>	<u>1.154</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

7. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica é composta pelo imóvel denominado por “Palácio Leitão” cujo contrato de promessa de compra e venda, celebrado em 29 de dezembro de 2016 no valor de 12.000.000 Euros, prevê as condições de pagamento indicadas na Nota 24 b).

	Saldo em 31-12-2015	Saldo em 31-12-2016
Ativos não correntes detidos para venda	2.003.152	2.003.152
	<u>2.003.152</u>	<u>2.003.152</u>

8. ASSOCIADOS E OUTROS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Associados e outros” tem a seguinte composição:

	2016	2015
Créditos a Beneficiários:		
Conta Corrente Sócios, não sócios e Outros	28.837	17.423
	<u>28.837</u>	<u>17.423</u>
Clientes Cobrança Duvidosa:		
Associados - Contencioso	3.621	5.621
Associados	5.315	4.709
Outros devedores	89.648	89.648
	<u>98.584</u>	<u>99.978</u>
Clientes G.F.:		
Socios C.G.F	935	1.030
Trabalhadores C.G.F	493	495
	<u>1.428</u>	<u>1.525</u>
	<u>128.849</u>	<u>118.926</u>
Perdas por imparidade de associados e outros (Nota 12)	(97.447)	(99.978)
	<u>31.402</u>	<u>18.948</u>

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” têm a seguinte composição:

	2016	2015
Saldos activos:		
Imposto sobre o valor acrescentado	288.296	271.865
Retenções na fonte (IRC)	8.414	17.050
	<u>296.710</u>	<u>288.915</u>
Saldos passivos:		
Contribuições para a Segurança Social	44.721	51.404
Imposto sobre o valor acrescentado	28.534	4.535
Retenções na fonte (IRS/IRC)	36.856	47.432
Contribuição Extraordinária de Solidariedade	13	19
Tributação Autónoma	-	45
	<u>110.124</u>	<u>103.435</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (Cont.)

Nos valores passivos relativos a dezembro de 2016 incluem-se as contribuições da Segurança Social, retenções na fonte de IRS / IRC e IVA – Imposto sobre o valor Acrescentado os montantes 44.721 Euros, 36.856 Euros e 28.534 Euros, respetivamente.

O saldo devedor de 288.296 Euros em 2016 (271.865 Euros, em 2015) inclui valores compensados no processo tributário de IVA relativo aos anos de 2000/2001 que se encontra impugnado judicialmente.

10. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Outros ativos correntes” apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Adiantamentos Subs. Doença/Pensões	114.706	-
Adiantamentos ao Pessoal	4.906	15.830
	<u>119.612</u>	<u>15.830</u>
USP	3.235.824	3.390.354
SAMS	3.500.000	3.500.000
Devedores F.A.E	279.534	282.290
Devedores F.A.E - Despesas escolares	177.389	173.947
FEBASE	8.291	4.594
UGT	16.252	20.969
INETESE	72.529	73.500
Lutuosa	28.940	40.235
	<u>7.318.759</u>	<u>7.485.889</u>
Quotizações a receber		
Das instituições de crédito	393.901	391.397
	<u>393.901</u>	<u>391.397</u>
Outros devedores	21.064	21.779
	<u>21.064</u>	<u>21.779</u>
Devedores por acréscimos de rendimentos		2.786
Perdas por imparidade de dívidas a receber de terceiros (Nota 12)	(117.249)	(117.240)
	<u>7.736.087</u>	<u>7.800.441</u>

Durante o exercício económico de 2016, no âmbito do Fundo de Auxílio Económico criado para apoio às despesas escolares, foram disponibilizados 294 apoios (332 em 2015), no montante global de 229.865 Euros (233.995 Euros em 2015). O valor do apoio e o período de restituição, depende do nível de escolaridade a que se destina e poderá ser no máximo 1.200 Euros e 12 meses, respetivamente. Em 31 de dezembro de 2016, encontrava-se em dívida o valor correspondente a 177.389 Euros (173.947 Euros em 2015).

Em 31 de dezembro de 2016, encontrava-se em dívida o montante de 72.529 Euros (73.500 Euros em 2015) no âmbito do Protocolo de Colaboração celebrado com o INETESE (Nota 24 a)). Esta dívida foi integralmente ajustada, na medida em que o INETESE se encontra em processo especial de revitalização.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos mantidos com entidades relacionadas são os seguintes:

		2016	2015
Com os SAMS do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SAMS do SBSI):			
. Débitos a curto prazo - Outros	Nota 10	3.500.000	3.500.000
. Créditos a curto prazo - Outros	Nota 15	67.935	138.876
		<u>3.567.935</u>	<u>3.638.876</u>
Com a Unidade de Serviços Partilhados (USP):			
. Débitos a curto prazo - Adiantamento - Edifício Rua Elias Garcia	Nota 10	3.235.824	3.390.354
. Créditos a curto prazo - Outros	Nota 15	3.371	137.108
		<u>3.239.195</u>	<u>3.527.462</u>

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o SBSI efetuou os seguintes débitos ao SAMS:

	2016	2015
Rendas de prédios urbanos	87.869	87.869
Reuniões Estatutárias e Outras	21.951	41.152
Serviços de contencioso	113.042	129.149
Revista "O Bancário"	11.899	13.077
	<u>234.761</u>	<u>271.247</u>

No exercício de 2016 e na sequência da transferência dos Serviços de Aprovisionamento Geral da USP para os SAMS, os SAMS debitaram à Atividade Sindical pelos serviços prestados neste domínio, o montante de 1.962 Euros (2.197 Euros em 2015).

11. FUNDOS PATRIMONIAIS

A decomposição dos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é a seguinte:

	2016	2015
Resultados Transitados	1.410.762	1.410.762
Outras reservas		
Fundo Sindical	12.114.484	12.202.497
Fundo Greve e Solidariedade	6.892.696	6.892.696
Fundo de Auxílio Económico	300.000	300.000
Fundo da Lutuosa	279.327	279.327
	<u>19.586.507</u>	<u>19.674.520</u>
	<u>20.997.269</u>	<u>21.085.282</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

12. IMPARIDADE E PROVISÕES

O movimento ocorrido nas rubricas de imparidade e provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi como segue:

Descrição	Saldos em 31-12-2015	Reforços	Utilizações	Reversões	Saldos em 31-12-2016
Pensões de reforma	136.544	192.458	(199.326)	-	129.676
Processos fiscais em curso	480.361	3.605	-	-	483.966
	<u>616.905</u>	<u>196.063</u>	<u>(199.326)</u>	<u>-</u>	<u>613.642</u>
Imparidade de dívidas de associados e outros (Nota 8):					
Dívidas de beneficiários e sócios	4.582	203	(290)	-	4.495
Dívidas em contencioso	5.749	-	-	(2.444)	3.305
Outras dívidas de terceiros	89.647	-	-	-	89.647
	<u>99.978</u>	<u>203</u>	<u>(290)</u>	<u>(2.444)</u>	<u>97.447</u>
Imparidade de dívidas a receber de terceiros (Nota 10):	117.240	981	-	(972)	117.249
	<u>217.218</u>	<u>1.184</u>	<u>(290)</u>	<u>(3.416)</u>	<u>214.696</u>
	<u>834.123</u>	<u>197.247</u>	<u>(199.616)</u>	<u>(3.416)</u>	<u>828.338</u>

Descrição	Saldos em 31-12-2014	Reforços	Utilizações	Reversões	Saldos em 31-12-2015
Pensões de reforma	144.161	192.718	(200.335)	-	136.544
Processos fiscais em curso	476.541	3.820	-	-	480.361
	<u>620.702</u>	<u>196.538</u>	<u>(200.335)</u>	<u>-</u>	<u>616.905</u>
Imparidade de dívidas de associados e outros (Nota 8):					
Dívidas de beneficiários e sócios	11.443	-	(2.788)	(4.073)	4.582
Dívidas em contencioso	17.326	-	-	(11.577)	5.749
Outras dívidas de terceiros	89.647	-	-	-	89.647
	<u>118.416</u>	<u>-</u>	<u>(2.788)</u>	<u>(15.650)</u>	<u>99.978</u>
Imparidade de dívidas a receber de terceiros (Nota 10):	36.848	80.392	-	-	117.240
	<u>155.264</u>	<u>80.392</u>	<u>(2.788)</u>	<u>(15.650)</u>	<u>217.218</u>
	<u>775.966</u>	<u>276.930</u>	<u>(203.123)</u>	<u>(15.650)</u>	<u>834.123</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica de "Pensões de reforma" respeita ao compromisso assumido pelo SBSI de conceder aos seus empregados complementos das pensões de reforma pagas pela Segurança Social. Para fazer face a esta responsabilidade, o SBSI constituiu uma provisão cujo o saldo ascendia, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a 129.676 Euros e 136.544 Euros, respetivamente. No exercício de 2016, o reforço da provisão ascendeu a 192.458 Euros.

Tem estado a ser efetuado estudo atuarial por entidade especializada com vista à determinação das responsabilidades assumidas mostrando-se a provisão constituída, à partida, insuficiente para fazer face a essas responsabilidades em montante ainda não definitivamente estimado pelo facto do estudo ainda não ter sido concluído.

Na rubrica "Processos fiscais em curso" encontra-se registada a provisão para processos fiscais em sede de IVA, no valor correspondente a 483.966 Euros, em 2016, respeitantes aos anos de 2000/2001 e 2002 e que se encontram impugnados judicialmente. Esta provisão foi reforçada, no exercício de 2016 e 2015, no valor de 3.605 Euros e 3.820 Euros, respetivamente (Nota 9).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

13. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de “Fornecedores apresentava a seguinte composição:

	2016	2015
Fornecedores conta corrente	260.785	267.974
	<u>260.785</u>	<u>267.974</u>

14. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Adiantamento de clientes” tem a seguinte composição:

	2016	2015
Utentes Parque de Campismo	-	29.862
Operações de Investimento	1.200.000	-
	<u>1.200.000</u>	<u>29.862</u>

No exercício findo, na rubrica de “Operações de investimento” encontra-se registada a quantia de 1.200.000 Euros recebida a título de sinal pela celebração do contrato de promessa de compra e venda do imóvel denominado de “Palácio Leitão” (Nota 24 b)).

15. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
SAMS - Serviços de Assistência Médico Social	67.935	138.876
USP - Unidade Serviços Partilhados	3.371	137.108
Lutuosa	350.897	231.418
Sindicatos Congéneres	41.662	42.115
Pessoal - outras operações	-	256.951
Sindicatos	258	118
Outros credores por acréscimos	340.499	374.442
Outros Credores	47.787	44.303
	<u>852.409</u>	<u>1.225.331</u>

No exercício findo em 2016, na rubrica “Outros credores por acréscimos” está englobada a responsabilidade com férias e subsídio de férias para com os trabalhadores no valor de 325.543 Euros (323.683 Euros em 2015).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

16. VENDAS, SERVIÇOS PRESTADOS E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

A rubrica “Vendas, Serviços prestados e Subsídios de Exploração”, nos exercícios de 2016 e 2015, tem a seguinte composição:

	2016	2015
Prestações de Serviços		
Organização de Circuitos turísticos	673.533	450.429
Exploração Hoteleira e similar	335.418	311.603
Campismo e Caravanismo	1.305.849	1.224.104
	<u>2.314.800</u>	<u>1.986.136</u>
Quotizações		
Instituições Bancárias	6.521.173	6.705.397
Trabalhadores	80.472	51.394
	<u>6.601.645</u>	<u>6.756.791</u>
Outros Subsídios Exploração	36.270	57.771
	<u><u>8.952.715</u></u>	<u><u>8.800.698</u></u>

Em 2016 comparativamente a 2015, constata-se um incremento na rubrica de “Serviços prestados” resultante de uma maior dinamização da oferta dos serviços disponibilizados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 verifica-se a diminuição dos “Subsídios de Exploração” ao nível da rubrica das “Quotizações”, cujo valor ascendeu a 6.601.645 Euros (6.756.791 Euros em 2015).

17. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Matérias primas, subsidiárias e consumo	27.308	29.759
Mercadorias	2.534	1.974
	<u>29.842</u>	<u>31.733</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

18. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” tem a seguinte composição:

	2016	2015
Subcontratos:		
Atividades turísticas	649.773	435.413
Aluguer de aldeamentos	142.704	180.732
Revista Febase	190.390	241.269
Serviços financeiros	297.589	303.055
Serviços de informática	161.579	165.002
Serviços administrativos	249.102	215.761
Serviços de manutenção e instalação	230.056	235.785
Serviços de estudos e auditoria	118.098	139.975
Limpeza, higiene e conforto	96.964	94.689
Segurança	82.876	82.685
Manutenção e instalação equipamentos	97.254	88.956
Outros subcontratos	166.937	174.626
	2.483.322	2.357.948
Fornecimentos e Serviços:		
Despesas de representação Orgãos Sociais	113.234	156.083
Deslocacoes e Estadas	220.248	237.141
Comunicação	226.686	322.277
Trabalhos Especializados	227.323	360.879
Rendas e Alugueres	112.594	127.054
Eletricidade	247.755	214.531
Conservação e Reparação	196.281	201.564
Honorários	170.689	155.478
Publicidade e Propaganda	64.254	91.223
Outros	406.473	471.478
	1.985.537	2.337.708
	4.468.859	4.695.656

O total de serviços subcontratados à USP que se encontram englobados em diferentes sub rubricas da conta de “subcontratos”, totalizam 1.119.501 Euros e 1.139.469 Euros, no final de 2016 e 2015, respetivamente.

Na rubrica “Rendas e alugueres” encontram-se incluídos os seguintes valores relativos contratos de aluguer operacional, em 2016 e 2015:

2016	Valor da renda anual	Rendas vincendas inferiores a 5 anos
Viaturas	84.853	94.331
Equipamento Informático	15.051	15.500
Fotocopiadoras / Impressoras	4.746	4.746
2015	Valor da renda anual	Rendas vincendas inferiores a 5 anos
Viaturas	98.206	89.859
Equipamento Informático	57.524	75.103
Fotocopiadoras / Impressoras	37.207	37.207

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

19. GASTOS COM O PESSOAL

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais e os custos com o pessoal nos exercícios de 2016 e 2015 foram os seguintes:

	2016	2015
Remunerações dos Órgãos Sociais	254.427	233.660
Remunerações do pessoal	1.607.007	1.678.836
Encargos sobre remunerações	507.141	521.666
Encargos com seguros	12.843	8.170
Custos de ação social	9.910	7.183
Outros gastos com o pessoal	389.861	431.009
	<u>2.781.189</u>	<u>2.880.524</u>

20. OUTROS RENDIMENTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Rendimentos Suplementares:		
Cedência de bens e serviços	78.164	77.396
Concessão estabelecimentos comerciais	21.864	20.560
Cursos de formação	-	1.392
Cursos de Arte	31.946	31.035
Alienação Investimentos não Financeiros	2.673	-
Gestão FAEs	25.056	24.591
Outros	13.977	49.146
	<u>173.680</u>	<u>204.120</u>
Rendas de prédios urbanos		
SAMS	87.869	87.869
Outros	3.851	-
Outros rendimentos e ganhos		
Reembolso Viagens	29.783	32.396
Outros	81.447	20.828
	<u>376.630</u>	<u>345.213</u>

21. OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica “Outros gastos” apresenta a seguinte decomposição:

	2016	2015
Quotizações:		
U.G.T. -Uniao Geral Trabalhadores	459.670	472.975
FEBASE	99.936	99.936
U.G.T. - Quotização extraordinária	21.000	26.250
Outras	50.877	57.850
	<u>631.483</u>	<u>657.011</u>
Cooperação	4.537	38.368
Ofertas e Prémios	3.942	5.567
Impostos	12.748	20.183
Dívidas incobráveis	510	769
Perdas em investimentos não financeiros	-	19.715
Subsídios campanhas eleitorais	3.916	161.438
Outros	87.458	6.489
	<u>744.594</u>	<u>909.540</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

22. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS SIMILARES

A rubrica “Juros e rendimentos similares obtidos” tem a seguinte composição:

	2016	2015
Juros de depósitos bancários	33.656	63.282
Outros	1.105	58
	34.761	63.340

23. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A rubrica “Juros e gastos similares suportados” tem a seguinte composição:

	2016	2015
Serviços Bancários	17.849	24.320
Outros	34.928	264
	52.777	24.584

24. PRINCIPAIS PROTOCOLOS E CONTRATOS

a) Protocolo de Colaboração com o INETESE

Em 20 de julho de 2012 foi celebrado Protocolo de Colaboração entre o SBSI e a Associação para o Ensino e Formação, denominado de INETESE, para promover e desenvolver ações conjuntas no apoio à qualificação e formação profissional.

No âmbito deste protocolo o SBSI disponibilizou à INETESE o montante global de 100.000 Euros cujo reembolso será realizado de outubro de 2012 até abril de 2015, segundo um plano de pagamentos mensais estabelecido no próprio protocolo.

Durante o exercício de 2015, foram liquidados pelo INETESE 2.500 Euros, sendo o valor em dívida de 73.500 Euros (Nota 10). No exercício de 2016 a dívida do INETESE foi conciliada no montante de 72.529 Euros.

Por decisão do Tribunal de Comércio de Lisboa, datado de 15 de janeiro de 2016, foi decretado o Processo Especial de Revitalização da INETESE, tendo a dívida sido integralmente ajustada.

b) Contrato Promessa de Compra e Venda do Palácio Leitão

Foi celebrado em 29 de dezembro de 2016, entre o SBSI e a PEARLWAVE Lda., Contrato Promessa de Compra e Venda do imóvel denominado de Palácio Leitão no valor de 12.000.000 Euros que prevê as seguintes condições de pagamento:

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

24. PRINCIPAIS PROTOCOLOS E CONTRATOS

b) Contrato Promessa de Compra e Venda do Palácio Leitão (Cont.)

- Na data da assinatura do contrato promessa de compra e venda e a título de sinal a quantia de 1.200.000 Euros (Nota 14);
- Após 60 dias, da data de assinatura do contrato de promessa de compra e venda, a título de reforço de sinal, a quantia de 1.800.000 Euros;
- Na data da outorga da escritura, ou seja até 180 dias da data da assinatura do contrato de promessa de compra e venda, o remanescente do preço acordado no valor de 9.000.000 Euros.

O contrato foi celebrado sob duas condições resolutivas; a deliberação de ratificação da Direção do SBSI e do Conselho Geral.

Pela mediação, efetivação e finalização desta operação, o SBSI celebrou com a empresa SUBLIMEPOPEIA contrato de mediação, datado de 27 de setembro de 2016 e objeto de adenda em 29 de dezembro de 2016. A título de remuneração, o contrato estabelece uma comissão de 5% sobre o preço final da transação, devida nas datas do sinal, reforço de sinal e pagamento remanescente, conforme condições de pagamento descritas.

25. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

– Adiantamento de Venda do Imóvel Palácio Leitão

O Contrato de Promessa de Compra e Venda do imóvel denominado de Palácio Leitão foi celebrado, em 29 de dezembro de 2016, sob duas condições resolutivas: a deliberação de ratificação da Direção do SBSI e do Conselho Geral, conforme descrito na Nota 24. b). Caso os referidos órgãos não venham a ratificar o ato de assinatura do presente contrato, o SBSI restituirá em singelo as quantias que tiver recebido a título de sinal ou reforço do mesmo. Em 9 de janeiro de 2017, a Direção do SBSI ratificou a decisão, estando prevista a deliberação de ratificação por parte do Conselho Geral no próximo dia 20 de março de 2017.

26. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pela Direção do SBSI em 10 de março de 2017.

A DIREÇÃO

Rui da Cunha Mendes Riso – Presidente
João Nunes de Carvalho – Vice -Presidente
Paulo de Amaral Alexandre - Secretário
José Maria Pastor de Oliveira - Tesoureiro
António José Real da Fonseca
Rui Manuel dos Santos Alves
Cristina Alexandra Pereira Trony
Humberto Miguel Lopes da Cruz Cabral
Fernando Horácio de Jesus Oliveira
António Manuel Tavares Ramos
Carlos Daniel da Paz Castanheira Bispo
Ângela Cardoso Ruivo Nunes Filipe
Rute Cláudia Marques Jesus Almeida

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE FUNDOS

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE FUNDOS DO EXERCÍCIO DE 2016

De harmonia com o disposto no art.º 81, n.º 2 dos Estatutos do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, a Direção do propõe a aplicação do saldo positivo do exercício de 2016, no montante de 637.238,17 Euros, nos seguintes Fundos:

- Fundo Sindical	63.723,82 Euros
- Fundo de Greve e de Solidariedade	191.171,45 Euros
- Resultados Transitados	382.342,90 Euros

Lisboa, 10 de Março de 2017

A DIREÇÃO

Rui da Cunha Mendes Riso – Presidente
João Nunes de Carvalho – Vice -Presidente
Paulo de Amaral Alexandre - Secretário
José Maria Pastor de Oliveira - Tesoureiro
António José Real da Fonseca
Rui Manuel dos Santos Alves
Cristina Alexandra Pereira Trony
Humberto Miguel Lopes da Cruz Cabral
Fernando Horácio de Jesus Oliveira
António Manuel Tavares Ramos
Carlos Daniel da Paz Castanheira Bispo
Ângela Cardoso Ruivo Nunes Filipe
Rute Cláudia Marques Jesus Almeida

ANEXOS

Parque de Campismo

Balanços

Demonstrações dos Resultados por Naturezas

Centro de Férias e Formação

Balanços

Demonstrações dos Resultados por Naturezas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SBSI - Parque de Campismo
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	2016	2015
ATIVO NÃO CORRENTE:		
Activos fixos tangíveis	834.892	864.513
Activos financeiros	3	-
Outros activos não correntes	6.094	-
Total do activo não corrente	<u>840.989</u>	<u>864.513</u>
ATIVO CORRENTE:		
Clientes	3.194	4.230
Estados e outros entes públicos	13.927	5.547
Outras contas a receber	2.952.082	2.463.560
Diferimentos	-	1.676
Caixa e depósitos bancários	61.964	376.066
Total do activo corrente	<u>3.031.168</u>	<u>2.851.080</u>
Total do activo	<u><u>3.872.157</u></u>	<u><u>3.715.593</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO:		
Resultados transitados	395.574	395.574
Resultado líquido do período	159.752	50.377
Total do capital próprio	<u>555.326</u>	<u>445.951</u>
PASSIVO:		
Fornecedores	12.797	7.292
Adiantamentos de clientes	80	29.898
Estado e outros entes publicos	17.356	20.093
Outras contas a pagar	3.286.598	3.212.360
Total do passivo corrente	<u>3.316.831</u>	<u>3.269.643</u>
Total do passivo	<u>3.316.831</u>	<u>3.269.643</u>
Total do capital próprio e do passivo	<u><u>3.872.157</u></u>	<u><u>3.715.593</u></u>

A Direção do SBSI

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SBSI - Parque de Campismo
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	2016	2015
Vendas e serviços prestados	1.305.848	1.224.104
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(2.463)	(2.545)
Fornecimentos e serviços externos	(589.145)	(604.018)
Gastos com o pessoal	(477.866)	(466.337)
Provisões (aumentos / reduções)	(41.861)	(41.748)
Outros rendimentos e ganhos	66.517	33.263
Outros gastos e perdas	(10.122)	(7.208)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	<u>250.909</u>	<u>135.511</u>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(82.975)	(73.810)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	<u>167.934</u>	<u>61.702</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	166	254
Juros e gastos similares suportados	(8.348)	(11.579)
Resultado líquido do período	<u><u>159.752</u></u>	<u><u>50.377</u></u>

A Direção do SBSI

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SBSI - CFF - Centro Férias e Formação
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	2016	2015
ATIVO NÃO CORRENTE:		
Ativos fixos tangíveis	302.685	319.092
Total do ativo não corrente	<u>302.685</u>	<u>319.092</u>
ATIVO CORRENTE:		
Estados e outros entes públicos	5.199	653
Diferimentos	-	921
Caixa e depósitos bancários	4.908	121.030
Total do ativo corrente	<u>10.106</u>	<u>122.604</u>
Total do ativo	<u>312.792</u>	<u>441.696</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
CAPITAL PRÓPRIO:		
Resultados transitados	(4.361.387)	(4.361.387)
Resultado líquido do período	(291.086)	(462.996)
Total do capital próprio	<u>(4.652.473)</u>	<u>(4.824.383)</u>
PASSIVO:		
Fornecedores	2.288	1.429
Adiantamentos de clientes	2.156	1.866
Estado e outros entes públicos	5.306	5.199
Outras contas a pagar	4.955.515	5.257.584
Total do passivo corrente	<u>4.965.265</u>	<u>5.266.078</u>
Total do passivo	<u>4.965.265</u>	<u>5.266.078</u>
Total do capital próprio e do passivo	<u>312.792</u>	<u>441.696</u>

A Direção do SBSI

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SBSI - CFF - Centro Férias e Formação
**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR NATUREZAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	2016	2015
Vendas e serviços prestados	138.758	115.106
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(4.078)	(3.129)
Fornecimentos e serviços externos	(196.490)	(202.376)
Gastos com o pessoal	(188.157)	(182.745)
Provisões (aumentos / reduções)	(16.029)	(15.964)
Outros rendimentos e ganhos	14.966	11.941
Outros gastos e perdas	(346)	(1.924)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(251.377)	(279.090)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(38.288)	(182.482)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(289.664)	(461.571)
Juros e gastos similares suportados	(1.422)	(1.424)
Resultado líquido do período	(291.086)	(462.996)

A Direção do SBSI